Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sábado, 22, a segunda-feira, 24 de junho de 2024

EDIÇÃO 25.106

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Trabalho autônomo registra expansão em Minas, aponta o IBGE

ECONOMIA Flexibilização das normas para contratação de pessoas, imposta pela reforma de 2017, mudou o perfil da ocupação profissional

O número de pessoas ocupadas em Minas Gerais apresentou um crescimento de 12,7% no ano passado FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Minas Gerais tinha 2,6 milhões de trabalhadores por conta própria e 530 mil pessoas ocupadas como empregadores em 2023, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada na sexta-feira (21) pelo IBGE. No Estado, em 11 anos, o percentual de empreendedores registrados como CNPJ aumentou de 71,3% para 80,6%. Já a porcentagem de autônomos que atuam em negócios formalizados apresentou um avanço de 15% para 25,9%.

As mudanças no mercado profissional refletem a reforma trabalhista de 2017, que flexibilizou as formas de contratação, avalia o coordenador do estudo em Minas Gerais, Humberto Sette. Na sua avaliação, existe uma tendência de que os números continuem subindo, porém, eventualmente essa curva de crescimento deverá atingir um teto.

No ano passado, o total de ocupados em Minas chegou a 10,8 milhões de pessoas, o que significa um aumento de 12,7% em relação a 2012, quando começou a série histórica. PÁG. 3

ExpoQueijo Brasil reunirá produtores de 15 países das Américas no Grande Hotel e Termas de Araxá

A ExpoQueijo Brasil 2024 – Araxá International Cheese Awards vai reunir produtores de 15 países das Américas entre os próximos dias 27 e 30 no Grande Hotel e Termas de Araxá. O Concurso Internacional terá a participação de 1,1 mil queijos artesanais. O evento premia os melhores produtos em 45 categorias e elege o Super Ouro. A estimativa da organização é receber 3 toneladas de queijos artesanais para degustação e concurso, com maior presença de Minas Gerais. A perspectiva de 100 expositores é vender 4 toneladas. PÁG. 8

O Concurso Internacional vai envolver a participação de 1,1 mil queijos artesanais FOTO: DIVULGAÇÃO / EXPOQUEIJO BRASIL

Indústria de fogos de artifícios é prejudicada por barreiras impostas pela legislação restritiva

A insegurança jurídica prejudica a indústria de fogos de artifício, apesar de demanda constante para as comemorações no Brasil, principalmente no *Réveillon*. As empresas do setor enfrentam barreiras impostas pela legislação cada vez mais restritivas de municípios e estados em relação ao uso. O Sindicato das Indústrias de Explosivos no Estado de Minas Gerais (Sindiemg), sediado em Santo Antônio do Monte, propõe um debate sem preconceitos com o poder público e a sociedade para a necessidade da elaboração de leis mais claras e exequíveis. PÁG. 10

O setor de fogos de artifícios defende a elaboração de leis mais claras e exequíveis FOTO: MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

ARTIGOS

EDITORIAL

O Comitê de Política Monetária do Banco Central decidiu interromper a lenta e gradual trajetória de redução das taxas de juros no País. A taxa básica de juros foi mantida em 10,5%, patamar que, segundo as primeiras análises, deverá ser mantido pelo menos até o mês de dezembro. Entende-se que a conjuntura externa, a partir principalmente dos conflitos na Ucrânia e Israel, implica em instabilidade na economia, com reflexos, por exemplo, nas taxas de juros praticadas nos Estados Unidos, tudo isso compondo um quadro adverso ao Brasil onde a inflação anualizada, segundo sempre as estimativas do BC, poderá chegar aos 4% até dezembro. Estranho que não tenha sido feita nenhuma conta que aponte os custos reais de políticas restritivas cujo efeito mais raso pode ser resumido no empobrecimento coletivo. PÁG. 2

DÓLAR DIA 21

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,4400	R$ 5,4410
TURISMO	R$ 5,4770	R$ 5,6570
PTAX (BC)	R$ 5,4410	R$ 5,4416

EURO DIA 21

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,8170	R$ 5,8198

OURO DIA 21

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.320,79
BM&F (g)	R$ 407,26

TR dia 24	0,0394%
POUPANÇA dia 24	0,5396%
IPCA – IBGE abril	0,38%
IPCA – IPEAD abril	0,24%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

OPINIÃO

O terror enfrentado pelo Bispo

Cesar Vanucci
Jornalista(cantonius1@yahoo.com.br)

"Arauto da palavra de Deus."(Cardeal Lucas M. Neves, sobre Alexandre Amaral)

Em meu comentário de sábado, dia 15, reverenciei a memória do grande Arcebispo Alexandre Gonçalves Amaral, lembrando sua destemida postura cívica nos idos de 64. Agrego ao relato mais informações sobre a atuação do Prelado naquele instante perturbador da vida nacional. No período mencionado, o desassombro de Alexandre é posto a prova. A atuação de Jango, criticada por muitos setores, levou ao golpe militar. Das circunstâncias se aproveitaram, nas horas prefaciais do movimento, para raivosos acertos de contas pessoais, alguns políticos da região do Triângulo Mineiro, notadamente Uberaba, inesperadamente catapultados à crista dos acontecimentos numa versão bem suburbana. Os tais "guardas de quarteirão", dos compreensíveis temores de Pedro Aleixo. Ah! Se dependesse só deles, mandariam pôr em cana os adversários e mais um bocado de gente considerada incômoda aos seus humores, temores e... Negócios. A lista dos incômodos abrangia padres, freiras, educadores e a combativa imprensa católica. Na vesga concepção do mundo dos fatos sociológicos, nutrida pelo grupelho, achavam-se no mesmo nível dos pecados capitais, a serem purgados com sanções severas, todas as denúncias e críticas desconfortáveis que se lhes houvessem sido imputadas, direta ou indiretamente, por pessoas com as quais não "amarrassem as éguas", ou que não compartilhassem de seus "irretorquíveis" pontos de vista. Na lista das "críticas criminosas" figuravam denúncias sobre omissão de socorro médico, racismo, trabalho escravo, transferência para o Tesouro de patrimônios particulares em estado pré-falimentar, corrupção com dinheiro público, assédio sexual, desmandos policiais e por aí... Prisões chegaram a ser feitas. Com espalhafato.

> ***"Agrego ao relato mais informações sobre a atuação do Prelado naquele instante perturbador da vida nacional. No período mencionado, o desassombro de Alexandre é posto a prova. A atuação de Jango, criticada por muitos setores, levou ao golpe militar"***

Mas o terror foi enfrentado com desassombro pelo Bispo. Do alto de inconteste autoridade moral, Dom Alexandre exigiu o fim dos excessos. Pôs pra correr de uma faculdade dominicana a arrogância de oportunistas fardados e civis que assacaram infâmias contra a admirável obra e suas abnegadas Irmãs. Retirou da prisão, com pedido de desculpas dos carcereiros, pessoas alvejadas pela injustiça, três ou mais cidadãos acima de qualquer suspeita, cujos nomes figuravam no "rol dos culpados". Ou seja, dos desafetos dos políticos empoderados. Passou uma descompostura em regra nas autoridades engajadas no maquiavélico esquema. Foi para a rádio e, como se dizia em tempos de antigamente, pôs a boca no trombone. No programa semanal, que mantinha, por mim produzido, ele exprobrou o comportamento radical de militares e civis envolvidos no processo da inclemente e desabrida perseguição aos adversários. Sem que ninguém ousasse tolher-lhe as ações e palavras corajosas assumidas naqueles perigosos momentos de feroz censura à livre manifestação de ideias, Alexandre condenou as arbitrariedades, citando expressamente o nome dos autores.

Retomarei o assunto na sequência.

A Inteligência Artificial no combate a fraudes

Igor Castroviejo
Diretor comercial da 1datapipe, plataforma de consumer insights via Inteligência Artificial (IA

Dados da Mastercard apontam que 64% das empresas brasileiras sofrem frequentemente com ataques *on-line* e fraudes. Para agravar ainda mais essa informação, um relatório recente da Adyen mostrou que esses golpes causaram um prejuízo de R$ 8,5 milhões por companhia varejista no país no último ano. Dessa maneira, qual seria a melhor forma para lidar com essas dificuldades e prosperar nos negócios?

A Inteligência Artificial (IA) é essencial no combate a esses golpes. Para se ter uma ideia, um estudo da EY mostrou que a tecnologia tem cerca de 90% de precisão no combate a spam, malware e invasão de rede. Ao se utilizar IA combinada com análise de dados, por exemplo, é possível identificar indivíduos mais propensos a ações fraudulentas envolvendo os negócios de determinada companhia. A tecnologia é capaz de fazer uma varredura em todos os rastros virtuais dessa pessoa, incluindo o seu comportamento *on-line*, o que dá uma grande ideia das suas intenções e atitudes no ambiente virtual.

Um ponto bastante importante envolvendo a IA no combate às fraudes é o machine learning, que é o aprendizado automatizado de máquinas. Por meio dela, o sistema dessas empresas avalia diversas informações internas e vai reconhecendo os padrões dos golpes mais comuns. Assim, consegue diferenciar automaticamente uma transação legítima de uma fraudulenta graças a especificações que somente essa solução consegue detectar, já que os golpistas estão cada vez mais informados e criativos em suas empreitadas, passando despercebidos pelos métodos de controle tradicionais.

Outro problema significativo no Brasil é o aumento das "Contas Laranjas", que são criadas justamente para dar golpes, normalmente explorando o sistema Pix. Para se ter uma ideia, dados do Banco Central estimam que 1 em cada 10 mil operações envolvendo esse método de pagamento são consideradas crime. Ao analisar meticulosamente padrões de dados e comportamentos indicativos de atividades suspeitas utilizando IA, as empresas podem identificar efetivamente essas contas falsas. Essa estratégia proativa permite que as instituições financeiras mitiguem os riscos de fraude sem depender fortemente de biometria cara, reduzindo assim os custos e minimizando o atrito com o consumidor.

Dessa forma, podemos concluir que a tendência é que a Inteligência Artificial esteja cada vez mais presente no combate a fraudes. Um levantamento da Associação de Investigadores de Fraudes Certificados (ACFE) e da SAS mostrou que 46% dos profissionais das áreas antifraude nas empresas da América Latina já se utilizam de soluções de IA e Machine Learning em seu dia a dia, ritmo que deve triplicar até o fim do ano que vem. Assim, podemos ser otimistas de que esse tipo de solução veio para ficar e trará um cenário positivo para o Brasil.

EDITORIAL

Quem ganha e quem perde

O Comitê de Política Monetária do Banco Central decidiu, na reunião da última quarta-feira, interromper a lenta e gradual trajetória de redução das taxas de juros no País. Conforme já amplamente noticiado, a taxa básica de juros foi mantida em 10,5%, patamar que, segundo as primeiras análises, deverá ser mantido pelo menos até o mês de dezembro. A decisão unânime do Copom não foi surpresa, o que também não aconteceu com relação aos seus fundamentos. Entende-se que a conjuntura externa, a partir principalmente dos conflitos na Ucrânia e Israel, implica em instabilidade na economia, com reflexos, por exemplo, nas taxas de juros praticadas nos Estados Unidos, tudo isso compondo um quadro adverso ao Brasil onde a inflação anualizada, segundo sempre as estimativas do BC, poderá chegar aos 4% até dezembro.

Estranho que não tenha sido feita nenhuma conta que aponte os custos reais de políticas restritivas cujo efeito mais raso pode ser resumido no empobrecimento coletivo. Ou na lembrança, sempre sábia, de que a diferença entre remédio e veneno pode estar justamente na dose. Houvesse um olhar mais amplo e focado não mais no interesse do onipresente "mercado" e muito provavelmente as conclusões seriam bem diferentes, partindo de raciocínios opostos aqueles que prevalecem na atualidade e acabam de ser reafirmados. Trata-se de enxergar o que realmente importa, o que no caso presente não é nada difícil de perceber.

Será bastante, nesse raciocínio, a partir do ano de 2003 quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse pela primeira vez, tendo como companheiro o vice-presidente José Alencar Gomes da Silva. O vice tomou a si a defesa da redução das taxas de juros, chegando a apontá-las como "indecentes". Mais de duas décadas passaram e a rigor nada aconteceu. Assim bastaria determinar quando o Brasil pagou pelo serviço da dívida pública durante todo esse tempo para a elementar conclusão de que, de fato, alguma coisa está muito errada e os interesses do País absolutamente não estão sendo levados em conta.

Verificar quem ganha e quem perde é o mesmo que o mais elementar raciocínio. Faltaria apenas recordar que estudos também divulgados na semana que termina mostraram que os juros reais praticados no País, hoje em torno de 7% ao ano, só perdem no planeta para a Rússia, situação que igualmente perdura faz longo tempo, ajudando a desmontar o raciocínio dos que ainda defendem o que chamam de cautela em relação aos riscos representados pela inflação.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À

SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Cresce número de CNPJs em MG

IBGE Atuação de trabalhadores e empregadores registrados como pessoa jurídica dá salto de mais de 25% em relação a 2012, segundo Pnad

THYAGO HENRIQUE

Em 2023, havia 2,6 milhões de trabalhadores por conta própria em Minas Gerais e 530 mil pessoas ocupadas como empregadores. Para os ocupados nessas posições, 35,2% estavam em empreendimentos registrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Esse percentual indica um aumento em relação a 2012 (25,2%) e está acima da taxa observada no País (33%). É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada na sexta-feira (21) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme o levantamento, somente a porcentagem de empregadores atuando em estabelecimentos no Estado com registro no CNPJ subiu, em 11 anos, de 71,3% para 80,6%. Sobre os trabalhadores por conta própria que atuavam em negócios formalizados, a proporção evoluiu de 15% para 25,9%. No Brasil, os respectivos percentuais foram de 80,9% e 24,9%.

Dentre alguns fatores preponderantes para a expansão dos dados, a reforma trabalhista de 2017 foi fundamental, visto que flexibilizou as formas de contratação, analisou o coordenador do estudo em Minas Gerais, Humberto Sette. Segundo ele, existe uma tendência de que os números continuem subindo, porém, eventualmente essa curva de crescimento deverá atingir um teto.

Para o economista e colunista do Diário do Comércio Guilherme Almeida, o aumento está relacionado a aspectos estruturais. Ele ressalta que pessoas com maior nível de instrução têm mais probabilidade de formalizar negócios e, em ciclos de recessão, com perda de empregos, parte da população se vê forçada a praticar empreendedorismo por necessidade.

Na avaliação do especialista, a tendência é que as formalizações sigam em alta com estímulos estaduais. "As pessoas que vão empreender ou atuar por conta própria em Minas Gerais apresentam mais estímulos a se formalizarem do que em outros estados do Brasil. Sem fazer juízo de valor, o governo tem pautado a sua gestão em uma atuação mais próxima do setor produtivo", disse.

População ocupada - No ano passado, o total de ocupados no mercado de trabalho em Minas Gerais chegou a 10,8 milhões de pessoas, o que representa alta de 12,7% em comparação a 2012, início da série histórica. Nacionalmente, a população ocupada alcançou 100,7 milhões, crescimento de 12,3%.

Em 2023, havia 2,6 milhões de trabahadores por conta própria em Minas FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Entre as atividades, a maior variação da população ocupada no Estado, em 11 anos, foi verificada na categoria de transporte, armazenagem e correio (38,2% ou 163 mil pessoas). Já o maior recuo ocorreu na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-10,7% ou 142 mil).

Quanto ao local de trabalho, as pessoas ocupadas no setor privado trabalhavam, sobretudo, em estabelecimento do próprio empreendimento (55,6% ou 4,95 milhões de pessoas – maior volume da série histórica). Neste caso, embora não seja a maior variação, destaca-se o aumento da população ocupada com veículo automotor, que cresceu de 3,7%, em 2012, para 5,1%, em 2023, influenciada pelos aplicativos de mobilidade – serviços de entrega não estão inclusos neste caso.

Cai taxa de sindicalização - Do total de pessoas ocupadas em Minas Gerais, 7,5% ou 811 mil estavam associadas a sindicatos, o que indica um grande declínio frente ao início da Pnad Contínua, época em que a taxa estava era de 14,2%. No País, o percentual de sindicalizados caiu de 16,1% para 8,4%, ou 8,4 milhões.

Para os especialistas, um dos principais pontos que fomentaram essa queda foi a própria reforma trabalhista, já que a reformulação das leis retirou a obrigatoriedade de contribuição sindical. Eles também atribuem a baixa a fatores como flexibilizações nas formas de contratações, crescimento do trabalho informal e perda de importância de setores tradicionalmente fortes em sindicalização.

> **"As pessoas que vão empreender ou atuar por conta própria em MinasGerais apresentam mais estímulos a se formalizarem do que em outros estados"**
>
> Guilherme Almeida

SETOR FARMACÊUTICO

Cimed pode estar perto de negócio com Jequiti

MARA BIANCHETTI, Editora

Ao que tudo indica, a farmacêutica mineira Cimed está mesmo em negociação avançada com a Jequiti – marca de cosméticos do Grupo Sílvio Santos. A imprensa de São Paulo já veicula, inclusive, a compra integral ou majoritária da empresa paulista, sobre cifras da ordem de R$ 450 milhões.

Procurada, a Cimed se limitou a dizer, por meio da assessoria de imprensa, que "não possui nenhuma informação a respeito". E representantes do Grupo Sílvio Santos ainda estão sendo consultados pela reportagem sobre o possível negócio.

Já não é de hoje que a Cimed busca aquisições para o fortalecimento de seu portfólio e o consequente aumento dos negócios. Apenas em 2023, a farmacêutica alcançou R$ 3 bilhões em receitas e registrou lucro de R$ 248 milhões. Com parque fabril em Pouso Alegre, no Sul de Minas Gerais, a companhia é a quarta maior empresa farmacêutica do Brasil e tem a meta de chegar aos R$ 5 bilhões em faturamento no ano que vem.

Seu CEO, João Adibe Marques, há algum tempo, já fala sobre o interesse em ampliar ainda mais seu portfólio, atualmente composto por remédios, suplementos, cosméticos e acessórios, processo que se torna ainda mais viável com os R$ 600 milhões em caixa, advindos de uma emissão de debêntures divulgada em maio. O executivo inclusive citou em entrevistas, o segmento de perfumaria e cosméticos como foco da expansão dos negócios.

Tamanha aposta da Cimed na área, que a farmacêutica também vai construir uma nova fábrica no Estado, dessa vez voltada para higiene e beleza. Com aportes previstos em R$ 200 milhões, a unidade deve ser erguida na região de Montes Claros, no Norte do Estado, conforme já noticiado pelo Diário do Comércio. A Jequiti, por sua vez, está no mercado desde 2006 e possui um mix diversificado com mais de 500 produtos, incluindo perfumaria, maquiagem e cuidados diários. A marca também possui uma vasta rede de consultoras, somando 260 mil em todo o Brasil.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Transporte rodoviário de passageiros cresce 1,7%

ANTT Levantamento aponta que foram 5,6 milhões de passageiros nas linhas regulares no Estado em 2023

THYAGO HENRIQUE

No ano passado, a movimentação de passageiros no transporte regular rodoviário saindo de Minas Gerais subiu 1,7%. Foram transportados 5,6 milhões de pessoas no período, contra 5,5 milhões em 2022. Os dados são do Anuário Estatístico do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional 2023, documento divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que reúne os dados operacionais dos serviços sob a regulação da autarquia.

De acordo com o levantamento, Minas Gerais concentra 85 empresas com oferta de serviços de transporte de passageiros no segmento de transporte regular rodoviário. Além disso, o Estado é atendido por 1.544 linhas interestaduais, de um total de 10.766.

Ainda conforme o estudo, foram mais de 43 milhões de passageiros deslocados por esse tipo de transporte no Brasil, o que representa um crescimento anual de 2,3%. Analisando esse número, segundo a classe de serviço, notou-se que a maior parte das pessoas utilizou serviço executivo (38,8%), seguida da classe semileito (26,6%), convencional (21,8%) e leito/cama (11,8%).

Por região, a pesquisa identificou que a maioria dos transportados teve como origem da viagem o Sudeste do País – Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e o Rio de Janeiro concentraram cerca de 48% dos passageiros. O restante da movimentação ocorreu assim: Sul (19%), Nordeste (16%), Centro-Oeste (12,5%), Norte (4%) e saindo de outros países (0,5%).

Com relação ao tipo de bilhete, 94% dos passageiros eram pagantes. As gratuidades e descontos concedidos a idosos e estudantes somaram mais de 1,7 milhão de usuários, enquanto o benefício do programa Passe Livre atendeu aproximadamente 324 mil usuários. Além disso, em torno de 440 mil crianças de até seis anos incompletos e, 11 mil auditores fiscais do trabalho e/ou agentes de higiene e segurança do Trabalho utilizaram o transporte regular rodoviário de forma gratuita.

> “Minas Gerais concentra 85 empresas com oferta de serviços de transporte de passageiros no segmento de transporte regular rodoviário”

Semiurbano e fretado - No transporte regular semiurbano, caracterizado por linhas de menor distância, geralmente com extensão inferior a 90 quilômetros, foram 57,3 milhões de pessoas transportadas no País em 2023, alta de 1,8% em comparação ao exercício imediatamente anterior. Nesse tipo de serviço, houve atendimento em 30 municípios e no Distrito Federal no decorrer do ano, segundo a ANTT.

O documento mostrou que a ligação entre o Distrito Federal e Goiás respondeu majoritariamente pelo número de transportados, 55,4 milhões, o que indica aumento anual de 2%. Outra linha que teve alta na demanda foi Minas Gerais-Rio de Janeiro (15,5%), para 363,2 mil passageiros.

As demais ligações do transporte regular semiurbano registraram queda na movimentação. São elas: Bahia-Pernambuco (-16,1%), Mato Grosso-Goiás (-11%), Paraná-São Paulo (-8,2%), Mato Grosso do Sul-São Paulo (-5,2%), Minas Gerais-São Paulo (-1,5%) e Tocantins-Goiás (-1%).

Outro tipo de transporte, o fretado, também foi analisado no estudo. Conforme o levantamento, foram deslocados 12,6 milhões de passageiros, no País, por meio do regime de fretamento, um crescimento de 6,2%. A Unidade Federativa líder em movimentação, sob a ótica da origem da viagem, foi Minas Gerais, com 3,8 milhões de pessoas transportadas, elevação anual de 8,3%.

Os mineiros também lideraram em licenças de fretamento emitidas para viagens nacionais, com 108,1 mil, de um total de 377,5 mil no Brasil. Sobre as licenças de fretamento para viagens internacionais, foram 13 emitidas para o Estado – sexto lugar –, sendo 10,4 mil no País.

No ano passado, foram transportados 43 milhões de passageiros nas linhas regulares rodoviárias no Brasil FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / CHARLES SILVA DUARTE

Conteúdo elaborado pela Secretaria de Comunicação do Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais (CIEE/MG) - Rua Célio de Castro, 79 - Bairro Floresta (BH-MG) - Contatos: (31)3429-8100 (Telefone e whatsapp) - atendimento@cieemg.org.br / www.cieemg.org.br

CIEE/MG reúne Diretores em Assembleia Extraordinária

No dia 21 de junho, a Diretoria Institucional do Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais (CIEE/MG) se reuniu em sessão ordinária que teve como pauta, dentre outros assuntos, a apresentação do relatório de atividades realizadas no segundo bimestre de 2024 e a aprovação da previsão orçamentária para o terceiro trimestre de 2024.

Participaram da reunião os seguintes diretores: Waldir Esmero Campos, diretor-presidente; Yvan Muls e José Pedro Barbosa, diretores vice-presidentes; Patrícia Alvarenga e Edvar Dias Campos, diretores-financeiros; Raimundo Alves de Jesus, diretor-secretário; e o superintendente-executivo, Kleber Colomarte.

Na sequência, em sessão extraordinária, foi aprovada por unanimidade alteração que visa à adequação do Estatuto da instituição à legislação que regula a atuação das entidades beneficentes de assistência social.

Além dos diretores do CIEE/MG e do presidente de honra, José Antônio Braga, que presidiu a assembleia extraordinária, participaram deste segundo momento os seguintes membros titulares: Ney Guimarães, Marco Antônio Gomide Reis, Ângela Cupertino, Yvan Muls, Raimundo Alves de Jesus e Gilson Elesbão.

Edvar Dias Campos, Patrícia Alvarenga, Kleber Colomarte, Waldir Esmero Campos, Raimundo Alves de Jesus, José Pedro Barbosa e Yvan Muls FOTO: F. BEIRAL - CIEE / MG

Kleber Colomarte, Nadim Donato e Alexandre Melo FOTO: SECOM – CIEE / MG

Ney Guimarães, Waldir Esmero Campos, José Pedro Barbosa, Marco Antônio Gomide Reis, Kleber Colomarte, Ângela Cupertino, Edvar Dias Campos, Patrícia Alvarenga, José Antônio Braga, Yvan Muls, Raimundo Alves e Gilson Elesbão FOTO: F. BEIRAL - CIEE / MG

CIEE estreita laços de parceria com a Fecomércio MG

No dia 18 de junho, o superintendente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais (CIEE / MG), Kleber Colomarte, acompanhado pelo supervisor de comunicação e *marketing* da instituição, Alexandre Melo, visitou a sede da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG).

Na ocasião, os representantes do CIEE/MG foram gentilmente recebidos pelo presidente da Fecomércio-MG, Nadim Elias Donato Filho, e pelo assessor da presidência do conselho regional, Nilo Oliveira.

Na pauta do encontro, dentre outros assuntos, o estreitamento de laços institucionais e ações compartilhadas para divulgação de cursos de formação e capacitação, bem como o encaminhamento de alunos e egressos para oportunidades de estágio e emprego.

Mineração quer investir, mas enfrenta gargalos

INDÚSTRIA EXTRATIVA **Pesquisa da ABPM aponta que 77% do empresariado pretende realizar aportes no Brasil**

JULIANA SODRÉ

O setor de mineração está disposto a investir no Brasil, mas o poder público precisa resolver os gargalos para os investidores não migrarem do País. A constatação foi feita após a pesquisa de Sondagem do Setor Mineral da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM), que mostra que 77% dos empresários pretendem investir para aumentar a capacidade produtiva nos próximos 12 meses.

Porém, a mesma pesquisa constata que 45,8% dos entrevistados possuem uma percepção definida como regular do desempenho da economia do País. Uma parcela menor (37,6%) indica uma percepção negativa (ruim ou péssima). E o restante como boa ou excelente (16,6%).

"Realmente constatamos um descasamento da percepção do empresário quanto ao desempenho da economia, que é mais pessimista, e às expectativas de investimentos, que são otimistas. Percebo que é uma característica do setor mineral no Brasil ser resiliente. A gente passa por crises, observa o problema e continua trabalhando porque é um setor que exporta e olha muito o mercado externo", avaliou o gerente-executivo da ABPM, Daniel Vieira.

Avaliando este cenário, o executivo percebe que as expectativas são positivas para toda a cadeia da mineração. "Mesmo com todos os problemas que a gente tem, com todos os desafios que o setor impõe aos empresários, eles estão dispostos a investir, correr riscos e a ampliar a capacidade produtiva", diz. Entretanto, ressalta que "existem gargalos que precisam ser observados e tratados pelo governo como consta a pesquisa".

De acordo com o estudo, os três principais problemas apontados pelos empresários se relacionam com a atuação governamental: a insegurança jurídica (56,3%), o excesso da burocracia (45,8%) e a dificuldade do licenciamento ambiental (44,8%). "A partir do momento que uma empresa trabalha dentro da legalidade, cumprindo prazos, mas tem o Ministério Público vindo em cima, isso causa insegurança jurídica para o investimento, assim como a ameaça de aumento de impostos", exemplifica.

O gerente-executivo ressalta ainda que enquanto a média internacional para a construção de uma mina é de 15 anos, a média do Brasil é mais de 20. "Mas não porque não temos capacidade técnica, pelo contrário, nossos geólogos e engenheiros são os *topclass* do mundo, a questão toda é a burocracia governamental e processos muito morosos de autorização e licenciamento que acaba sendo um desafio para o setor", enfatizou.

Mesmo ressaltando os desafios, Daniel Vieira pondera que o Brasil possui muitos pontos interessantes de investimento e mineração. "Primeiro é a diversidade geológica, a gente encontra no Brasil toda a tabela periódica. Depois, a nossa matriz energética ser limpa, um aspecto absolutamente positivo e que atrai o investidor internacional. O terceiro ponto, é até ter um pouco contraditório, é a gente ter um código de mineração, com normas e regras que garantem uma estabilidade e respeito ao investimento privado. Você não tem, no Brasil, tendências de estatização dos minerais como fizeram Chile, Peru e Bolívia, aqui", analisa.

Alerta - Neste cenário, Vieira concluiu que o investidor quer colocar dinheiro no Brasil, mas alerta: "Se a gente não atuar nesses gargalos a gente pode perder a janela de oportunidades que é a transição energética. Ela é um cavalo selado que passa à nossa porta. Se a gente não considerar o setor mineral como estratégico que pode gerar emprego e renda, essa oportunidade vai ser aproveitada por outros mercados", diz.

""Mesmo com todos os problemas que a gente tem, com todos os desafios que o setor impõe aos empresários, eles estão dispostos a investir"

Daniel Vieira

Diversidade geológica é um dos pontos fortes para investir em mineração no País FOTO: DIVULGAÇÃO / KINROSS

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

AROEIRA HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 35.738.114/0001-18

Demonstrações Financeiras dos Exercícios em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023
(Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante		38.612	13.273	967.164	715.295
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.158	770	537.822	367.527
Contas a receber de clientes	9			29.938	14.445
Estoques	10			113.899	100.956
Adiantamento a fornecedores	11	50	20	36.235	31.276
Ativo biológico	12			174.827	139.431
Tributos a recuperar	13	273	100	72.403	60.492
Dividendos a receber		17.127	12.380	-	-
Outras contas a receber		4	3	2.039	1.168
Não Circulante		304.156	237.082	1.249.429	1.011.020
Tributos a recuperar	13			47.897	28.365
Outras contas a receber		-	-	2.401	1.597
		-	-	50.298	29.962
Investimentos	15	303.991	237.082	-	-
Imobilizado	16	164	-	843.614	660.610
Intangível	17	1	-	17.735	17.601
Direito de uso	14			337.783	302.844
Total do Ativo		**342.768**	**250.355**	**2.216.593**	**1.726.316**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante		21.822	18.036	679.171	526.121
Fornecedores e outras contas a pagar	18	0	-	89.390	135.421
Passivo de arrendamento	14			101.388	66.901
Empréstimos e financiamentos	19			286.538	234.302
Dividendos a pagar	21	21.632	18.036	21.632	18.036
Obrigações sociais e trabalhistas		71	-	12.185	10.777
Obrigações tributárias		119	0	1.132	1.327
Adiantamento de clientes	25			137.028	1.287
Instrumentos financeiros derivativos	23			29.877	58.069
Não Circulante		-	-	1.216.476	967.876
Fornecedores e outras contas a pagar	18			-	6.544
Empréstimos e financiamentos	19			897.211	646.516
Passivo de arrendamento	14			218.049	219.722
IR e CS diferidos	24			56.420	35.491
Provisão para contingências	20			117	332
Adiantamento de clientes	25			28.040	40.061
Instrumentos financeiros derivativos	23			16.638	19.211
Total do Passivo		21.822	18.036	1.895.647	1.493.997
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		178.681	178.681	178.681	178.681
Reserva de lucros		170.193	103.064	170.193	103.064
Ajuste avaliação patrimonial		(27.928)	(49.426)	(27.928)	(49.426)
Total do Patrimônio Líquido		320.946	232.319	320.946	232.319
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**342.768**	**250.355**	**2.216.593**	**1.726.316**

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	26	-	-	881.744	762.780
Variação do valor justo de ativo biológico	12	-	-	28.663	8.148
Custo das vendas e serviços	27	-	-	(637.708)	(544.056)
Lucro bruto		-	-	272.699	226.872
Despesas com vendas	27	-	-	(9.263)	(4.048)
Despesas administrativas	27	(570)	(57)	(31.452)	(25.331)
Resultado de equivalência patrimonial	15	91.171	77.215	-	-
Outras despesas (receitas), líquidas	27	(1.371)	(1.289)	(7.329)	(63)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		89.230	75.869	224.655	197.431
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		1.743	9	36.781	35.409
Despesas financeiras		(93)	(332)	(154.421)	(125.904)
Resultado instrumentos derivativos		-	-	(3.186)	(22.923)
		1.650	(323)	(120.826)	(113.419)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		90.880	75.546	103.829	84.012
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	24	(195)	-	(3.911)	4.784
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	24	-	-	(9.233)	(13.251)
Lucro líquido do exercício		90.685	75.546	90.685	75.546
Lucro Líquido básico e diluído por ação em R$	21e			0,36	0,30

Demonstrações de resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício		90.685	75.546	90.685	75.546
Outros Resultados Abrangentes	23				
Hedge Accounting de Fluxo de Caixa - Derivativos de mercadoria - Futuro		28.681	(8.428)	28.681	(8.428)
Hedge Accounting de Fluxo de Caixa - Derivativos de câmbio - Opções / NDF		3.892	533	3.892	533
Tributos diferidos relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes		(11.075)	2.684	(11.075)	2.684
Participação no resultado abrangente das investidas					
		21.498	(5.211)	21.498	(5.211)
Resultado abrangente do exercício		**112.183**	**70.335**	**112.183**	**70.335**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Consolidado	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste avaliação Patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2022		**181.281**	**6.317**	**100.885**		**(44.215)**	**244.268**
Lucro líquido do exercício					75.546		75.546
Dividendos de anos anteriores pagos	21			(59.845)			(59.845)
Constituição de reserva legal	21		3.777		(3.777)		
Dividendo mínimo obrigatório	21				(7.193)		(7.193)
Juros sob capital próprio	21			(12.646)			(12.646)
Retenção de lucros				64.575	(64.575)		
Baixa de investimento em controladas	21a	(2.600)					(2.600)
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas *(i)*	23					(5.211)	(5.211)
Saldos em 31 de março de 2023		**178.681**	**10.094**	**92.970**	**-**	**(49.426)**	**232.318**
Lucro líquido do exercício					90.685		90.685
Constituição de reserva legal	21		4.534		(4.534)		
Dividendo mínimo obrigatório	21				(10.102)		(10.102)
Juros sob capital próprio	21			(13.453)			(13.453)
Retenção de lucros				76.049	(76.049)		
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas *(i)*	23					21.498	21.498
Saldos em 31 de março de 2024		**178.681**	**14.628**	**155.565**	**-**	**(27.928)**	**320.946**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do IR e CS		90.880	75.546	103.829	84.012
Ajustes					
Depreciação e amortização	27	25	-	75.172	73.218
Depreciação de canaviais	16	-	-	21.951	12.758
Depreciação do direito de uso	14	-	-	46.498	42.378
Ativos biológicos colhidos	12	-	-	96.683	73.156
Resultado líquido de venda/alienação de ativo imobilizado	16	-	-	2.703	1.891
Variação do valor justo do ativo biológico	12	-	-	(28.663)	(8.148)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(91.171)	(77.215)	-	-
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	19			122.838	120.463
Juros contratos de energia	29	-	-	(1.963)	-
Apropriação encargos financeiros CPC 06	14	-	-	32.190	5.488
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	601	3.414
Constituição de provisão para contingências	20	-	-	(215)	(180)
		(266)	(1.670)	471.625	408.451
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(30)	(20)	(15.523)	75.234
Estoques			-	(58.605)	(42.471)
Ativo biológico		-	-	(103.416)	(101.796)
Fornecedores de cana			-	(4.929)	(7.687)
Tributos a recuperar		(173)	(66)	(31.443)	(60.938)
Instrumentos financeiros derivativos				1.830	-
Outras contas as receber		(4.747)	(1.548)	(17.392)	(6.669)
Fornecedores e outras contas a pagar		-	(12.993)	(8.241)	63.074
Adiantamento de clientes				123.720	41.056
Obrigações sociais e trabalhistas		71	-	1.408	1.710
Obrigações tributárias		1.296	1.289	2.857	20.682
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(3.850)	(15.008)	361.893	390.645
IR e CS pagos				(7.814)	(21.088)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19			(114.559)	(89.191)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(3.850)	(15.008)	239.519	280.366
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento de Dividendos		42.371	93.062	(38.790)	(92.610)
Adições ao imobilizado e intangível	16	(190)	-	(237.300)	(152.147)
Aplicação de recursos em investimentos		-	(2.000)	-	(2.000)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado				10.973	4.503
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		42.181	91.062	(265.117)	(242.254)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financs. tomados	19			469.202	249.297
Pagamentos de empréstimos e financs.	19			(174.551)	(118.471)
Pagamento de dividendo	21	(17.942)	(75.320)	(17.942)	(75.320)
Pagamento de passivo de arrendamentos	14			(80.814)	(55.756)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(17.942)	(75.320)	195.895	(249)
Aumento de cx. e equivs. de cx., liquido		20.389	734	170.297	37.863
Caixa e equivs. de cx. no início do exercício		770	36	367.527	329.664
Cx. e equivs. de cx. no final do exercício	8	21.158	770	537.822	367.527

Notas explicativas da Administração as demonstrações financeiras em 31 de março de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto operacional: A Aroeira Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, sediada na Rodovia BR 452, Km 77, Zona Rural no município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais. A Companhia e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol, Cbios e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica e a participação em outras sociedades. A Companhia é controladora das empresas Bioenergética Aroeira S.A. ("Bioenergética Aroeira") e Central Energética Tupaciguara Ltda. ("CET") (em conjunto com a Controladora, o "Grupo"), com participação em 100% no capital. A Companhia foi criada com o objetivo de viabilizar um processo de reorganização societária, no qual antes e depois dessa transação, todas as entidades envolvidas são controladas pelos mesmos acionistas, desta forma, estamos diante de uma transação sob controle comum. Adicionalmente, a Companhia não representa um negócio, mas sim uma empresa criada para viabilizar o processo de reorganização societária e, portanto, não há substância econômica nessa operação. Em 30 de dezembro de 2022, a Aroeira Holding S.A. na qualidade de única sócia da Triângulo Energia SPE Ltda. cedeu e transferiu, a título de restituição da redução de seu capital social, aprovada por seus acionistas nos termos da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2022, 2.600.000 (dois milhões e seiscentas mil) quotas de emissão da Sociedade, com valor nominal de R$1,00 (um real) por quota, representativas da totalidade do capital social da Sociedade, a outros sócios ingressantes. Na safra 2023/2024, encerrada em 31 de março de 2024, foram processadas 3.304 mil toneladas de cana-de-açúcar (2.972 mil toneladas em 2023). Aproximadamente 49% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de partes relacionadas e de parcerias agrícolas e 51% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseados no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. Assim o Grupo realiza monitoramento constante e medidas mitigatórias relacionadas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 10 de junho de 2024.

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023 e 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no site desse jornal nessa mesma data.

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração:
Diretoria: Gabriel Feres Junqueira; Adilson Perdiza Villas Boas
Conselheiros: Adilson Perdiza Villas Boas; Fausto Feres; Márcio Perdiza Villas Boas; Mateus Candia Leoni; Valéria Feres
Contador: Stenio Eurípedes Marinho - CRC: MG-123805/O-5

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), instalada com a presença da totalidade dos seus membros abaixo assinados, independente de convocação, presidida pelo Sr. **Rubens Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela Sra. **Fernanda de Mattos Paixão**, realizou-se às 10:00 horas, do dia 13 de junho de 2024, por meio digital, conforme artigo 23 e parágrafos do Estatuto Social. Em conformidade com a **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do artigo 24, inciso "n" do Estatuto Social: **(i)** Aprovar a realização da 26ª (vigésima sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), cujos principais termos e condições serão formalizados nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 26ª (vigésima sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública, da MRV Engenharia e Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão"), os quais atenderão, dentre outras, as seguintes características: **(a)** Data de Emissão das Debêntures: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data a ser fixada na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **(b)** Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures será a data da Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) ("Data de Início da Rentabilidade"). **(c)** Número da Emissão: As Debêntures representam a 26ª (vigésima sexta) emissão de debêntures da Companhia. **(d)** Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures. **(e)** Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, no ato de sua subscrição, em moeda corrente nacional: **(i)** na primeira data de sua efetiva subscrição e integralização ("Primeira Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); ou **(ii)** em outra data posterior à Primeira Data de Integralização pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, a exclusivo critério do Coordenador Líder (conforme abaixo definido) e da Companhia, desde que aplicado de forma igualitária entre todas as Debêntures em cada data de integralização, nos termos da Escritura de Emissão. O ágio ou deságio, conforme o caso, serão aplicados na ocorrência de uma ou mais condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a, as seguintes: **(i)** alteração da taxa SELIC; **(ii)** alteração nas taxas de juros dos títulos do tesouro nacional; ou **(iii)** alteração no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **(f)** Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). **(g)** Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **(h)** Forma e Comprovação da Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **(i)** Conversibilidade e Permutabilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis e não permutáveis em ações de emissão da Companhia. **(j)** Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, não sendo segregado nenhum dos bens da Companhia, em particular para garantia dos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures. **(k)** Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data estipulada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"). **(l)** Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente. **(m)** Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "*over* extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na *internet* (www.b3.com.br) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de um *spread* de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão) decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) em questão, na Data de Pagamento decorrente de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) ou na data de um eventual resgate antecipado facultativo, o que ocorrer primeiro (exclusive). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão. **(n)** Pagamento da Remuneração: Observado o disposto na Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 10 (dez) parcelas semestrais, desde a Data de Emissão, conforme cronograma descrito na Escritura de Emissão (sendo cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **(o)** Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures: Observado o disposto na Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, nas datas previstas na Escritura de Emissão. **(p)** Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 ou, ainda, por meio do Escriturador ou por instituição financeira contratada para este fim para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **(q)** Repactuação Programada: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **(r)** Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, sendo vedado o resgate parcial ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures a serem resgatadas, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, **(ii)** dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e **(iii)** de prêmio ao ano, calculado *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, incidente sobre os itens (i) e (ii) acima, conforme fórmula e percentual previstos na Escritura de Emissão. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. **(s)** Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, inclusive, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, em geral, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão. **(t)** Amortização Extraordinária: Não será admitida amortização extraordinária das Debêntures. **(u)** Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, conforme o disposto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e no artigo 55, parágrafo 3º e incisos I e II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações), desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia (conforme definido na Escritura de Emissão). As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir o referido cancelamento. **(v)** Vencimento Antecipado: A Escritura de Emissão estabelecerá os eventos que acarretarão vencimento antecipado das Debêntures, negociados e definidos de comum acordo entre a Companhia, o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) e o Coordenador Líder, de acordo com as práticas usuais de mercado para operações dessa natureza (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"), bem como os termos e condições previstos em que será declarado. **(w)** Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 160, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, nos termos do "*Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação para Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da 26ª (Vigésima Sexta) Emissão da MRV Engenharia e Participações S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Resolução CVM 160 e será previsto no Contrato de Distribuição, tendo como público-alvo exclusivamente investidores profissionais, assim definidos como aqueles investidores referidos nos artigos 11 e 13 da Resolução de CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30" e "Investidores Profissionais", respectivamente). **(x)** Agente Fiduciário: O agente fiduciário contratado como representante dos Debenturistas é a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302,303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"). **(y)** Depósito para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Profissionais. Não obstante, nos termos do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) depois de decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, entre investidores qualificados, assim definidos como aqueles investidores referidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30; e (ii) depois de decorrido 1 (um) ano contado da data de divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta, entre o público investidor em geral, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **(z)** Destinação dos Recursos: A totalidade dos recursos obtidos pela Companhia com a Emissão será destinada à gestão ordinária dos negócios da Companhia, incluindo o reforço de caixa e gestão de passivos (*liability management*). **(aa)** Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios"). **(bb)** Demais Características: As demais características das Debêntures estarão dispostas na Escritura de Emissão. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação e formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a contratação dos prestadores de serviços, a assinatura da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, seus eventuais aditamentos, e todos outros documentos necessários à implementação da Emissão ora aprovada, bem como a ratificação de todos os atos e medidas praticados nesse sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 13 de junho de 2024. Presidente: **Rubens Menin Teixeira de Souza**, Secretária: **Fernanda de Mattos Paixão**. Membros do Conselho de Administração Presentes: **Leonardo Guimarães Corrêa; Paulo Sérgio Kakinoff; Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia; Rubens Menin Teixeira de Souza; Antônio Kandir; Betânia Tanure de Barros e Sílvio Romero de Lemos Meira.** *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* Confere com o original: **Fernanda de Mattos Paixão** Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 11785229 em 20/06/2024 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 243772041-18/06/2024. Efeitos do registro: 13/06/2024. Autenticação: B14A602636CDEF0F0891485DD361283F1B94A6. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/377.204-1 e o código de segurança WxKw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/06/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Distribuidoras terão regras mais rígidas

SETOR ELÉTRICO Empresas estão sujeitas até mesmo a uma intervenção após decreto do governo federal

RODRIGO MOINHOS

As regras para as distribuidoras de energia ficaram mais rígidas. Com as novas bases do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, que regula os novos contratos de energia elétrica, estão em voga até mesmo a possibilidade de caducidade ou intervenção em empresas que descumprirem suas responsabilidades. Para alguns analistas, o cenário irá propiciar melhorias na distribuição de energia, enquanto, para outros, não haverá mudanças, uma vez que no Brasil as coisas só funcionam no papel.

Para o consultor de energia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Sérgio Pataca, esse endurecimento com as distribuidoras vai exigir um aumento de eficiência e uma melhor gestão dos seus investimentos. "O consumidor industrial, ele está cada dia mais avançando em seus processos produtivos, na indústria 4.0, eletrificando seus processos, então ele necessita mesmo de uma qualidade de energia melhor. Inclusive haverá penalidade para as distribuidoras que descumprirem esses indicadores, e a intenção é que isso gere uma maior qualidade dessa rede", salientou.

Pataca acredita que as distribuidoras, para atender esses requisitos do decreto, vão investir mais em digitalização das redes, medição inteligente e melhoria da qualidade de serviço. "Então, isso pode gerar um investimento em tecnologia mesmo, em monitoramento. Claro que, com isso, poderão diminuir os investimentos em outras áreas não prioritárias. Acredito que essa mudança virá para aumentar a eficiência do setor de distribuição de energia", avaliou.

Entretanto, o consultor acredita que, em um primeiro momento, poderá ser reduzida um pouco a expansão das redes de redistribuição de energia e de novas redes, pois as distribuidoras terão que adaptar suas redes antigas e melhorar sua eficiência. "Poderá até ter um impacto de curto prazo, mas, a longo prazo, acredito que, com o aumento de eficiência e redução de perdas técnicas, vai haver uma mudança bem forte no setor, com aumento de eficiência", projetou Pataca.

Segundo o consultor independente para assuntos de energia, Rafael Herzberg, as regras existem e estão estabelecidas, mas o que ocorre é um sistêmico descumprimento delas, sob o olhar de 'paisagem' dos órgãos competentes do setor elétrico. "Não acredito que vá mudar alguma coisa, pois os órgãos, são complacentes. O que falta é honestidade no setor elétrico brasileiro. Esse teatrinho é para inglês ver e, na prática, não vai mudar nada. Mais uma vez as coisas vão ficar apenas no papel. Os nossos políticos se especializaram em vender expectativas, enquanto não vemos mudar nada, uma vez que, nem as regras existentes são obedecidas", avaliou.

Entretanto, o consultor adverte que essas mudanças previstas vão acarretar em custos adicionais para as concessionárias com a distribuição de energia, que, provavelmente, serão repassadas para as tarifas e os brasileiros que vão pagar a conta.

"A regulação estabelece que as redes aéreas precisam ficar limpas e desobstruídas de galhos de árvores, a chamada faixa de servidão. Se andar em qualquer lugar do país, isso não é respeitado. As calçadas têm árvores velhas que, quando bate um vento, caem em cima das redes. Isso interrompe o fornecimento e o sistema público é incapaz de fazer o que é devido. A prefeitura teria que fazer a poda e não há trabalho e nem fiscalização para tal", criticou.

Outra questão levantada por ele é com relação à interrupção de energia. "Aquela multa que a concessionária deveria pagar ao cliente, ao não respeitar os indicadores de interrupção, que são estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ficamos, às vezes, dias sem energia e não acontece nada. Na tarifa que pagamos, existem custos embutidos, mas não prestam o serviço", criticou.

Mudança pode gerar dúvidas

Para o CEO da CMU Energia, Walter Fróes, dentro das novas regras deixou uma coisa subjetiva, onde, se a distribuidora não está atendendo, será tomada a concessão. "O que está ocorrendo é um endurecimento das regras, no sentido que deixa uma eventual tomada de concessão menos burocrática. Inclusive acredito que será quase como uma *fast track* para tomada de uma concessão na qual seja considerado que a distribuidora não está cumprido o papel", avaliou.

De acordo com Fróes no caso da geração distribuída, existe um projeto de lei (PL), querendo proibir as distribuidoras de terem empresas de geração distribuída, pois alegam conflito de interesses. "Conheço lugares em Minas Gerais que têm agricultores com pivôs rodando com gerador a diesel. Então acho que o ponto-chave seria regras rígidas que obrigassem as distribuidoras a atender plenamente a sua área de concessão antes de fazer qualquer investimento que não seja objeto da concessão", avaliou.

O ex-diretor da Cemig e ex-presidente de Furnas, Aloísio Vasconcelos, defende que o Ministério de Minas e Energia tenha sua linha definida pensando no bem da população, no equilíbrio do sistema e na garantia do fornecimento de energia para todo o País. "Não pode, na minha visão, fazer uma medida para o setor elétrico com casuísmo. Isso não gera tranquilidade que deve gerar para existir entre todos, geradores, transmissores distribuidores e reguladores e, principalmente, nós consumidores que estamos na ponta da linha", disse.

De acordo com Vasconcelos, o governo tem sempre um cuidado com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que, como consequência, tem que vir acompanhado do crescimento da geração de energia para atender o mercado. **(RM)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Correção

Diferentemente do que foi publicado na matéria "Gasmig vai investir R$ 5,8 mi na expansão da rede" na edição de 21 de março, os investimentos da Companhia de Gás de Minas Gerais em sua ampliação serão de R$ 5,8 bilhões.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.068/2024. Objeto: Aquisição de materiais médico-hospitalares do tipo sondas e outros para o abastecimento do almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro - HGIP/IPSEMG, sob a forma de entrega parcelada, pelo período de 12 (doze) meses. Data da sessão pública: 05/07/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites www.compras.mg.gov.br ou www.ipsemg.mg.gov.br. Belo Horizonte, 20 de junho de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

Santander — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 08 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 10 de julho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, n° 0010050989, de 08/11/2019, firmado com o Fiduciante **GIOVANI PIETRO BERTOLIN**, brasileiro, solteiro, maior, administrador, portador do RG n° 1448637155-SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 059.487.066-64, residente e domiciliado em Juiz de Fora/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 510.914,70 (quinhentos e dez mil novecentos e quatorze reais e setenta centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo "**Apartamento 201A**, localizado no Bloco A do Edifício Doutor Agenor Pereira de Andrade I, situado na Rua José Romão Guedes, n° 30, Granbery, Juiz de Fora/MG, com direito a uso da vaga de garagem n° 06. Área privativa: 130,735m².", melhor descrito na matrícula n° 35.811 do 2° Ofício de Imóveis de Juiz de Fora/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 295.262,38 (duzentos e noventa e cinco mil duzentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 19058).

GERDAU AÇOMINAS S.A.

CNPJ nº 17.227.422/0001-05 - NIRE 31300036677

EXTRATO ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA

1. Data, Hora e Local: 29/05/2024, 11h. Realizada na sede da Companhia localizada na Rodovia MG 443, s/nº, Km 07, Fazenda do Cadete, Área Rural de Ouro Branco, Ouro Branco, MG, CEP 36.497-899. **2. Convocação e presença:** A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria. **3.Mesa:** Presidente: Gustavo Werneck da Cunha; e Secretario: Daniel Adriano Paulino. **4.Ordem do dia:** Deliberar sobre o (i) crédito a título de juros sobre o capital próprio. A Diretoria aprovou, por unanimidade dos presentes, na forma de seu estatuto social: **(i)** O crédito a título de juros sobre o capital próprio em favor dos acionistas da Companhia, com base na conta de Reserva de Investimento e Capital de Giro, para crédito em 21/06/2024 e pagamento a partir de 01/07/2024, calculados à razão de R$ 84,00 (oitenta e quatro reais) por ação, ordinária e preferencial, inscrita nos registros da Instituição Depositária das ações da Companhia, na data do crédito. Para fins demonstrativos e considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos juros sobre o capital próprio representa o montante de R$ 118.523.412,00 (cento e dezoito milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e doze reais) e constitui antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social. O montante será recalculado com base nas ações em circulação na data do crédito. Os juros sobre o capital próprio serão pagos com retenção do imposto de renda na fonte, conforme legislação vigente, exceto para os acionistas imunes ou isentos que comprovarem tal condição até o dia 28/06/2024. **6.Encerramento**: Nada mais foi tratado. Ouro Branco, 29 de junho de 2024. Mesa: Gustavo Werneck da Cunha (Presidente) e Daniel Adriano Paulino (Secretário). Diretores: Gustavo Werneck da Cunha (Diretor Presidente), Rafael Dorneles Japur, Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig e Maurício Metz (Diretores Vice-Presidentes), Aldo Tápia Castillo, Carlos Eduardo Vieira da Silva, Cesar Obino da Rosa Peres, Flávia Dias da Silva de Souza e Wendel Gomes da Silva (Diretores). Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Daniel Adriano Paulino - Secretário.

Santander — FRAZÃO Leilões — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 08 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 10 de julho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 10.013.951 firmado em 25/10/2018, com o **Fiduciante EVANDRO DA SILVA FELIPE,** maior, inscrito no CPF nº 636.682.207-78, no dia 08/07/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.135.515,66** (um milhão cento e trinta e cinco mil quinhentos e quinze reais e sessenta e seis centavos), o imóvel matriculado sob nº **18.409 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhas/MG,** constituído por "Uma obra residencial com área construída de 299,43m², situada na Rua José Cardoso Osório, nº 57, Bairro Vila Zé Arigó, em Congonhas/MG (Av.02) e seu respectivo terreno constante de uma área de 353,30 m², dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N 7.731.942,423 m e E 620.004,298 m; deste, segue com azimute de 124°34'06" e distância de 21,00 metros, confrontando neste trecho com a Rua Professor Casais, até o vértice V2, de coordenadas N 7.731.930,508 m e E 620.021,591 m; deste, segue com azimute de 214°34'06" e distância de 11,00 metros, confrontando neste trecho com a Rua José Cardoso Osório, até o vértice V3, de coordenadas N7.731.921,450 m e E 620.015,350 m; deste, segue com azimute de 308°12'34" e distância de 11,00 metros, confrontando neste trecho com José Carlos Braga, até o vértice V4, de coordenadas N 7.731.928,267 m e E 620.006,689 m; deste, segue com azimute de 214°34'06" e distância de 13,70 metros, confrontando neste trecho com José Carlos Braga e Margarida Maria Magdalena, até o vértice V5, de coordenadas N 7.731.916,986 m e E 619.998,916 m; deste, segue com azimute de 304°34'06" e distância de 10,00 metros, confrontando neste trecho com José Carlos Braga, até o vértice V6, de coordenadas N 7.731.922,660 m e E 619.990,681 m; deste, segue com azimute de 34°34'06" e distância de 24,00 metros, confrontando neste trecho com Edmilson Geraldo Rezende Silva, até o vértice V1, de coordenadas N 7.731.942,423 m e E 620.004,298 m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000 23S. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM". **Cadastro Municipal:** 01.025.0021.0023.0001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. **ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme Av. 07 a distribuição de ação de execução, processo nº 5069651-56-2022-8.13.0024 e conforme Av. 08 a distribuição de ação de execução 5002567-55-.2022.8.13.0180. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 10/07/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 748.401,91** (setecentos e quarenta e oito mil quatrocentos e um reais e noventa e um centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line,** deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21134_SC_2733-12).

Santander — SOLD Leilões — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 04 de julho de 2024, a partir das 10h00min
2º LEILÃO: 05 de julho de 2024, a partir das 13h00min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 0010380124, firmado em 07/07/2023, com o(s) **Fiduciante(s) WALLACE DO NASCIMENTO REIS**, maior, inscrito no CPF n° 971.241.176-15, no dia **04 de julho de 2024, a partir das 10h00min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)**, o imóvel matriculado sob n° 73.031 do Oficial de Registro de Imóveis de Nova Serrana/MG, constituído pelo Imóvel residencial situado na Rua Moscou, n° 323, Bairro Lincoln Nogueira, em Nova Serrana/MG, com 160,00m² de área de terreno e 84,88m² de área construída. Cadastro Municipal: 01.06.112.3540.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **05 de julho de 2024, a partir das 13h00min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 230.921,08 (duzentos e trinta mil, novecentos e vinte e um reais e oito centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.21808).

MOTA-ENGIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.

Sociedade Estrangeira com filial no Brasil

Balanços em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Montantes expressos em Euros)

Ativo	2023	2022
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	110.907.088	100.225.469
Propriedades de investimento	510.050	510.050
Ativos intangíveis	262.965	313.694
Participações financeiras - método da equivalencia patrimonial	26.356.767	24.569.343
Outros investimentos financeiros	15.904.624	28.202.833
Clientes	5.401.634	3.151.107
Créditos a receber	1.095.698	26.075
Ativos por impostos diferidos	14.836.121	13.573.141
Total do ativo não corrente	**175.274.947**	**170.571.713**
Ativo corrente		
Inventários	23.641.525	25.550.611
Clientes	151.124.457	157.975.470
Estado e outros entes públicos	19.238.496	15.413.394
Outros créditos a receber	601.042.916	488.142.184
Diferimentos	13.759.528	7.694.624
Caixa e depósitos bancários	5.815.708	31.555.462
Total do ativo corrente	**814.622.631**	**726.331.745**
Total do ativo	**989.897.578**	**896.903.458**

Capital próprio e Passivo	2023	2022
Capital próprio:		
Capital subscrito	100.000.000	100.000.000
Reservas legais	5.832.416	5.139.556
Outras reservas	104.546.266	91.381.921
Resultado transitados	3.007.992	2.007.031
Excedentes da revalorização	27.092.683	20.175.320
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	(13.510.797)	(18.785.161)
Resultado líquido do período	37.354.307	13.857.206
Total do capital próprio	**264.322.867**	**213.775.873**
Passivo		
Passivo não corrente:		
Provisões	37.319.052	39.903.659
Fornecedores	6.928.764	5.338.485
Financiamentos obtidos	82.015.045	74.040.479
Passivos por impostos diferidos	16.019.679	11.704.229
Outras dívidas a pagar	20.009.119	41.770.043
Total do passivo não corrente:	**162.291.659**	**172.756.895**
Passivo corrente:		
Fornecedores	236.018.147	211.210.536
Adiantamentos de clientes	46.191.523	26.184.068
Estado e outros entes públicos	10.094.965	8.094.854
Financiamentos obtidos	142.805.634	143.680.803
Outras dívidas a pagar	114.758.764	109.106.254
Diferimentos	13.414.019	12.094.175
Total do passivo corrente	**563.283.052**	**510.370.690**
Total do passivo	**725.574.711**	**683.127.585**
Total do capital próprio e do passivo	**989.897.578**	**896.903.458**

Demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e gastos	2023	2022
Vendas e serviços prestados	457.781.439	356.987.448
Subsídios à exploração	1.075.282	528.183
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26.356.209	5.693.177
Variações nos inventários da produção	2.834.701	5.092.404
Trabalhos para a própria entidade	138.276	134.140
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(91.963.943)	(85.335.503)
Fornecimentos e serviços externos	(305.677.397)	(215.815.906)
Gastos com pessoal	(68.223.327)	(63.683.709)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	64.812	(532)
Provisões (aumento/reduções)	(665.352)	(1.156.513)
Outros rendimentos	47.253.987	28.869.098
Outros gastos	(17.343.271)	(7.280.845)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	**51.631.416**	**24.031.442**
Gastos/reversões de depreciação e da amortização	(7.535.998)	(7.552.315)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(530.562)	(556.578)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**43.564.856**	**15.922.549**
Juros e rendimentos similares obtidos	22.825.575	19.129.416
Juros e gastos similares suportados	(23.396.679)	(17.266.334)
Resultado antes dos impostos	**42.993.751**	**17.785.630**
Imposto sobre rendimento do período	(5.639.444)	(3.928.424)
Resultado líquido do período	**37.354.307**	**13.857.206**
Resultado por ação básico	**1,87**	**0,69**

Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Montantes expressos em Euros)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	432.982.775	412.570.788
Pagamentos a fornecedores	(375.665.252)	(315.363.564)
Pagamento ao pessoal	(77.166.412)	(69.501.127)
Caixa gerada pelas operações	(19.848.889)	27.706.097
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	1.181.180	(206.927)
Outros recebimentos/pagamentos	(3.171.848)	6.203.601
Fluxos das atividades operacionais [1]	(21.839.557)	33.702.771
Fluxo de caixas das atividades de investimentos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	356.209	1.658.732
Investimentos financeiros	42.082	15.167.276
Outros ativos	20.166.975	10.797.259
Juros e rendimentos similares	12.494	600.136
Dividendos	881.182	961.917
	21.458.942	29.185.320
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(3.518.563)	(6.407.534)
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	(100.000)
Outros ativos	(19.093.009)	(40.350.000)
	(22.611.572)	(46.857.534)
Fluxos das atividades de investimentos [2]	**(1.152.630)**	**(17.672.214)**
Fluxo de caixas das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	95.069.860	87.670.333
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	63.835.838	41.135.141
	158.905.698	128.805.474
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(111.257.676)	(86.790.477)
Juros e gastos similares	(15.387.592)	(8.864.730)
Outras operações de financiamentos	(34.948.104)	(30.845.361)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	**(2.687.674)**	**2.304.906**
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	**(25.679.861)**	**18.335.463**
Efeito das diferenças de câmbio	(59.893)	287.002
Caixa e seus equivalentes no início do período	31.555.462	12.932.997
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.815.708	31.555.462

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Montantes expressos em Euros)

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2023	100.000.000	5.139.556	91.381.921	2.007.031	20.175.320	-18.785.161	13.857.206	213.775.873
Alterações no período								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	3.143.596	-	3.143.596
Variações dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	952.358	6.917.363	-	-	7.869.721
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do MEP	-	-	-	-	-	1.458.221	-	1.458.221
Aplicação do resultado líquido do período anterior	-	692.860	13.164.345	-	-	-	(13.857.206)	-
Outras	-	-	-	48.603	-	672.547	-	721.150
	-	**692.860**	**13.164.345**	**1.000.961**	**6.917.363**	**5.274.364**	(13.857.206)	13.192.687
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	37.354.307	37.354.307
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	50.546.994
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2023	**100.000.000**	**5.832.416**	**104.546.266**	**3.007.992**	**27.092.683**	**-13.510.797**	**37.354.307**	**264.322.867**

Presidente Conselho de Administração
Horácio Fernando Lopes Zenha Reis e Sá

Membros do Conselho de Administração
Mário Jorge de Melo Faria de Barros
Miguel Paiva Caldeira Gormicho Boavida
Pedro João Quaresma Bagulho
Tiago Nuno Correia Cruza

Contador
Luís Manuel Moura Neto - N. OCC: 88965

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO LOURENÇO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 07.071.068/0001-00 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Em obediência ao Estatuto Social da Entidade e demais legislações aplicáveis, pelo presente Edital ficam convocados todos os representados quites e no gozo de seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de Junho de 2024, às 19:00 (dezenove horas), em sua sede localizada na rua Dr. Melo Viana, nº 91 – sala 605 – Centro – São Lourenço/MG, para tratar da seguinte Ordem-do-Dia: Examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório e Contas da Diretoria relativos ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2023. Caso não haja comparecimento legal, referida Assembleia será instalada em segunda convocação, às 19:30 (dezenove horas e trinta minutos), deste mesmo dia e no mesmo local com qualquer número de convocados presentes. São Lourenço, 05 de junho de 2023. Valéria Clara de Oliveira Carmo – Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça

Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 146 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.0258.0163215/2023-94
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas dependências do MPMG.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 09/07/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 09/07/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, tel. (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, e-mail dgcl@mpmg.mp.br.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

Belo Horizonte se destaca em *ranking* de dados abertos

GESTÃO MUNICIPAL Capital mineira ficou na segunda posição em um levantamento divulgado pela Open Knowledge Brasil

RODRIGO MOINHOS

Belo Horizonte se destacou em uma pesquisa que mostra as capitais brasileira que disponibilizam o maior número de dados abertos. A capital mineira ficou em segundo no *ranking* do Índice de Dados Abertos para Cidades 2023, elaborado pela Open Knowledge Brasil (OKBR), atrás apenas de São Paulo. Apesar disso, o município ainda figura em um patamar médio de dados aberto e ainda tem desafios pela frente.

A capital mineira tem 52 conjuntos pontuados, de um total de 92, e recebeu 19 estrelas, alcançando boas notas em transparência em áreas como infraestrutura urbana, meio ambiente, transporte, dentre outras.

São Paulo pontua em 65 dos 92 conjuntos possíveis, mas apenas 8 deles receberam estrelas, considerados referências na avaliação.

Segundo a coordenadora de *advocacy* e pesquisa da OKBR, Danielle Bello, o índice é uma das estratégias fundamentais para garantir o acesso às informações e gerar conhecimento. "É uma forma de analisar os dados mais próximos da sua origem. Uma base de dados 'crua' permite outras análises e a possibilidade de identificar casos de integridade ou equívocos, melhorando-os para se construir uma gestão pública mais expressiva para a população", salientou.

Um ponto destacado pela coordenadora é que o índice, por si só, já se trata de uma grande contribuição para os gestores, uma vez que a metodologia aponta os caminhos para que os processos de abertura de dados sejam melhorados. "Já são indicados os parâmetros mínimos a serem cumpridos para a abertura dos dados avançarem. Acredito que entre Belo Horizonte e São Paulo existe um empate técnico, pois, mesmo com menos conjuntos pontuados, foi a capital com mais dados de qualidade", considerou ela.

Para o diretor de Transparência e encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais na Controladoria-Geral de Belo Horizonte, Leonardo Fogaça, Belo Horizonte já se encontra no nível de excelência quando se fala em dados abertos. "A Prefeitura disponibiliza 467 conjuntos de dados em diferentes categorias no nosso portal de dados abertos. Estamos discutindo internamente a possibilidade de atender aos conjuntos de dados especificados pela OKBR, na forma como foram especificados e que a Prefeitura de Belo Horizonte ainda não pontuou", adiantou.

Administração da capital mineira está em um patamar considerado médio de dados abertos, segundo o levantamento FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Fogaça: Prefeitura disponibiliza 467 conjuntos de dados FOTO: RODRIGO CLEMENTE / PBH

Entretanto, Fogaça explicou que se compararmos Belo Horizonte aos indicadores dos países mais desenvolvidos no mundo em relação a dados abertos, a capital mineira estaria equiparada a países como Holanda, Suécia e Bélgica, países desenvolvidos que ocupam entre a 20ª e a 22ª posições.

"É válido destacar que o *ranking* mundial é liderado por Taiwan com índice de 90%. Outra questão importante é que um dos principais objetivos do Open Data Index (ODI), é estimular a transparência pública, apontando os conjuntos de dados mais relevantes para a sociedade. E, nesse sentido, Belo Horizonte apresentou a melhor qualidade nos dados avaliados", reforçou o diretor.

Esforço - Precisamos ter um esforço consciente e real das administrações públicas municipais, disse o diretor de Programas da Fundação Dom Cabral (FDC) Gestão Pública, Paulo Guerra. "Ter os dados abertos é uma condição para a transparência, mas não é um elemento suficiente. Além da abertura dos dados, as prefeituras precisam adotar uma série de outros critérios para que, de fato, possam ser consideradas transparentes. Como, por exemplo, utilizar linguagem simples e capacitar as pessoas a entenderem o contexto dos dados e das decisões tomadas", considerou.

Transparência na legislação é baixa

Alguns setores da administração pública são mais e outros menos transparentes, afirma o diretor de Programas da Fundação Dom Cabral (FDC) Gestão Pública, Paulo Guerra.

"Assusta, por exemplo, saber que em BH as áreas de legislação, saúde e educação são as que apresentam os dados mais fechados. E não são dados que afrontam a privacidade das pessoas. Falamos de dados públicos, relativos a gastos, patrimônio, leis e normas. Diante de uma situação caótica como a que vivemos, a identificação dos conjuntos de dados mais relevantes para o público e a priorização da abertura desses dados é essencial. Um dos mais relevantes é o que diz respeito ao orçamento público", avaliou o diretor da FDC.

Outro aspecto que Guerra considera prioritário para promover ganhos rápidos que fortaleçam o processo é a utilização de formatos abertos desde o primeiro momento. "Em BH a situação é tão absurda que a Câmara Municipal ainda recebe os dados da Prefeitura por meio de um relatório em PDF. Quando o governo publica os dados em formatos abertos e legíveis por máquina, como CSV ou JSON, ele facilita o uso e reuso, mas, além disso, ele permite que sejam utilizadas uma série de novas tecnologias e ferramentas que aceleram o processo de análise da qualidade dos dados, de geração de metadados e de comparação entre bases, facilitando assim os demais processos", criticou. **(RM)**

Capacitação é crucial para prefeituras

Em um primeiro momento o ente público precisa capacitar e engajar tanto os responsáveis pela transparência pública quanto os responsáveis pelos dados em si e entender as leis e diretrizes que regem os dados abertos para vislumbrar o que pode ser alcançado inicialmente, avaliou o analista de Inteligência de Dados da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel), Marcus Vinicius Pinto.

"É necessário ter conhecimento, avaliar a qualidade dos dados, pois, eles precisam estar no maior nível de detalhamento possível, sem ser tempestivo e sem qualquer alteração em relação aos sistemas de informação que hoje originam, para garantir a primariedade dos dados. Os conjuntos de dados também devem ser acessíveis por máquina, questão apontada pela própria Lei de Acesso à Informação, pois, publicar e manter os dados abertos é um trabalho de muita responsabilidade", avaliou o analista. **(RM)**

PRESIDÊNCIA

Lula afirma que câmbio vive "nervosismo especulativo"

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na sexta-feira (21) que o que chamou de nervosismo especulativo em relação ao dólar não vai afetar a economia brasileira.

"Nós estamos tranquilos, ou seja, esse nervosismo especulativo que está acontecendo não vai mexer com a seriedade da economia brasileira", disse Lula em entrevista à rádio Mirante News FM, em São Luís (MA), ao falar sobre o câmbio.

Nas últimas semanas o dólar registrou alta acentuada em meio a preocupações dos investidores com o quadro fiscal e a ruídos gerados por críticas de Lula ao Banco Central. Na quinta-feira, a moeda norte-americana fechou a R$ 5,4618 na venda, na maior cotação de fechamento desde 22 de julho de 2022.

Na sexta, numa sessão marcada por ajustes técnicos após as altas recentes, o dólar recuava um pouco, cotado a R$ 5,4437 pouco antes das 16h30. Mas os investidores seguiam preocupados com o cenário fiscal e também com declarações de Lula.

E na entrevista à rádio maranhense o presidente aproveitou para voltar a criticar o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Quando perguntado se a alta do dólar preocupava, Lula disse que não, mas apontou para Campos Neto como "um problema sério".

"Olha, não preocupa o governo, porque quando você é o governo e você tem um problema preocupante, você tenta mudar esse problema. Veja, nós estamos com um problema sério... o presidente do Banco Central é um adversário político, ideológico e adversário do modelo de governança que nós fazemos", disse.

Segundo Lula , o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é um adversário político FOTO: ADRIANO MACHADO / REUTERS

"Nós estamos chegando ao momento de trocar o presidente do Banco Central... vamos ter que tirar ele, indicar outra pessoa e acho que as coisas vão voltar à normalidade, porque o Brasil é um país de muita confiabilidade", acrescentou.

O mandato de Campos Neto à frente do BC termina em 31 de dezembro. **(Reuters)**

AGRONEGÓCIO

ExpoQueijo Brasil 2024 apontará melhores do mundo

RECONHECIMENTO Concurso Internacional do evento, que é em Araxá, vai reunir cerca de 1,1 mil queijos artesanais do Brasil e de cerca de 15 países; são 45 categorias a serem julgadas

MICHELLE VALVERDE

A ExpoQueijo Brasil 2024 – Araxá International Cheese Awards, principal evento do segmento nas Américas, vai movimentar o mundo dos queijos artesanais. Reunindo no Concurso Internacional cerca de 1,1 mil queijos artesanais do Brasil e vários outros países, o evento premia os melhores produtos em cerca de 45 categorias e ainda elege o Super Ouro. As estimativas em relação ao evento, que conta ainda com feira de produtos e o Fórum Internacional de Produtos da Agroindústria e Agricultura Familiar, são positivas.

Já consolidada entre os produtores de queijos artesanais, a edição 2024 da ExpoQueijo Brasil acontece nos dias 27 e 30 de junho. Reunindo queijos de cerca de 15 países, a estrutura do concurso é montada no pátio principal e nos salões do Grande Hotel e Termas de Araxá, patrimônio cultural e histórico de Minas Gerais.

De acordo com a organizadora e proprietária da Bonare Eventos, Maricell Hussein, o Concurso ExpoQueijo Brasil 2024 é um dos mais importantes para os produtores dos queijos artesanais. Conquistar uma premiação no evento, segundo ela, garante o reconhecimento da qualidade dos queijos, sendo fundamental para a agregação de valor e abertura de novos mercados.

Valorização - "Para o concurso, temos uma capacidade de receber 1,1 mil queijos, volume que é ideal pela estrutura e para que nossos jurados, cerca de 200, possam avaliar com primor. Todos os produtos que participam do concurso são certificados pelos governos, estão aptos a participar e a conquistar medalhas. O concurso valoriza o trabalho do produtor e do queijo, gerando, assim, valor agregado e monetário. Valorizar os queijos artesanais do mundo é nosso objetivo", aponta.

> **"Todos os produtos que participam do concurso são certificados pelos governos"**
> Maricel Hussein

ExpoQueijo Brasil 2024 - Araxá International Cheese Awards movimenta Grande Hotel e Termas de Araxá durante quatro dias FOTO: DIVULGAÇÃO / EXPOQUEIJOBRASIL

Conforme Maricell Hussein, a estimativa é receber 3 toneladas de queijos artesanais para degustação e participação no concurso. Minas Gerais é o grande destaque e Estado que tem a maior participação.

"No concurso, Minas é o estado que mais inscreve queijos. Aqui, temos o Queijo Minas Artesanal (QMA). O queijo é a cultura do Estado, o modo de fazer passa de gerações para gerações. Então, digo que a ExpoQueijo Brasil 2024 não é um evento, é um movimento do queijo artesanal. Enquanto houver discussões sobre as leis, rodas, debates, o palco da ExpoQueijo estará aberto a todos que quiserem contribuir para que nossos queijos sejam os astros".

Feira e Fórum Internacional - Além do já renomado Concurso dos Queijos Artesanais, a ExpoQueijo Brasil 2024 terá ainda a Feira Internacional de Negócios e o Fórum Internacional de Produtos da Agroindústria e Agricultura Familiar.

Conforme Maricell, a feira é relevante tanto para os expositores como para os visitantes. Serão cerca de 100 expositores que venderão produtos artesanais que harmonizam com os queijos. Os estandes estarão no pavilhão externo e também em uma cave construída para as harmonizações de queijos. A estimativa é vender cerca de 4 toneladas de queijos.

"A feira é importante por conectar produtores e consumidores. Buscamos valorizar a agricultura familiar e, por isso, teremos diversos expositores. Haverá ainda uma cave de queijos onde serão feitas as harmonizações. Os produtores comercializarão uma variedade de itens como os queijos artesanais, os doces, geleias, cafés, entre outros", confirma a organizadora.

Este ano, haverá a participação de oito produtores do Rio Grande do Sul, que irão comercializar itens de vários outros produtores da região. "Para auxiliar frente à tragédia que os produtores gaúchos estão enfrentamos, fizemos a doação do espaço e da hospedagem", confirma ela.

O evento conta ainda com o já citado Fórum Internacional. No dia 28 de junho, haverá palestras, oficinas e discussões sobre questões que envolvem a produção dos queijos artesanais. Entre os assuntos, destaque para os "Desafios e oportunidades para as Indicações Geográficas" e a "Influência do *terroir* na maturação de queijos artesanais: uma análise sensorial comentada".

Serviço

ExpoQueijo Brasil 2024 - Araxá International Cheese Awards
Data: 27 a 30 de junho
Local: Grande Hotel e Termas de Araxá
Informações: *www.expoqueijobrasil.com.br*

AGRICULTURA

Lula: União financiará produção de arroz em outros estados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na sexta-feira (21) que o governo federal vai financiar áreas em estados brasileiros que produzem arroz para o País não ficar dependente "apenas de uma região", em referência ao prejuízo registrado pelo Rio Grande do Sul depois das fortes enchentes.

"Vamos inclusive financiar áreas de outros estados produtivos de arroz para não ficar dependendo apenas de uma região. Vamos financiar, vamos oferecer o direito de plantar e a gente vai dar uma garantia de preço para que as pessoas não tenham prejuízo", disse ele, durante entrevista à Rádio Meio FM, em Teresina.

Ao falar sobre o leilão de importação de arroz, Lula disse que ele acabou frustrado por conta de uma "falcatrua de uma empresa" e voltou a defender medidas para baixar o preço do produto.

"Eu tomei uma atitude drástica dias atrás, que foi o seguinte: o cara me mostrou lá no celular dele um pacote de arroz de cinco quilos a R$ 36. Outro me mostrou um pacote a R$ 33. Não é possível. O povo não pode pagar isso, está caro. Aí tomei a decisão de importar 1 milhão de tonelada. E depois tivemos a anulação do leilão porque houve uma falcatrua numa empresa", afirmou o presidente.

"Mas por que eu vou importar? Porque o arroz tem que chegar na mesa do povo no mínimo a R$ 20, um pacote de cinco quilos. Não dá para ser um preço exorbitante", defendeu o presidente Lula. **(Folhapress)**

Rio Grande do Sul é responsável por cerca de 70% da produção de arroz no País FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

MM2032

"PL do aborto" é retrocesso social e econômico

JORNALISMO PROPOSITIVO Projeto de Lei 1904/24 que tramita sob regime de urgência equipara aborto de gestação acima da 22ª semana a homicídio

ADRIANA MULS, Presidente e Diretora Editorial do Diário do Comércio

Desde que a Câmara dos Deputados trouxe o Projeto de Lei 1904/24, do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e outros 32 parlamentares, que equipara o aborto de gestação acima de 22 semanas a homicídio, o País parou para analisar algo descabido para sua realidade.

Depois de muita repercussão negativa, inclusive internacionalmente, já que o Brasil tem compromisso com a Organização das Nações Unidades, ONU, de combater o estupro, a votação do PL ficou para o segundo turno. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criou uma comissão com representantes de todos os partidos para debater o assunto. Assim, esvaziam-se as manifestações e acalmam-se os ânimos. Lira disse o seguinte: "O PL não retroagirá nos direitos já garantidos". A OAB já avaliou como inconstitucional o PL e pediu seu arquivamento.

Precisamos falar sobre o que significa julgar meninas e mulheres como assassinas por interromper gestações caso sejam vítimas de estupro, em um País em que se registra um caso a cada 8 minutos. Os argumentos religiosos de valor à vida não se encaixam. Pode-se defender a vida do feto e colocar a vida de uma criança em jogo?

Se formos pensar exclusivamente nos impactos econômicos, sabemos que essa menina ou mulher, seguramente, estudará menos ou nada, terá subemprego, produzirá menos e dependerá mais do Estado. Que projeto de nação em desenvolvimento e seus setores motrizes desejam colocar em vulnerabilidade 51,5% da população brasileira, ou seja, a soma de todas nós?

O governo também vai pagar a conta nos sistemas de saúde, Judiciário, penitenciário e na assistência social? Teremos orçamento? Isso foi estimado? Os deputados envolvidos pretendem destinar suas emendas parlamentares para custear os impactos desse PL?

Desconsiderar toda a estrutura de violência e possível morte que se implica nesse PL é torturar meninas e mulheres e colocar todos para pagarem a conta. Convidamos Juliana César, advogada do GT Agenda 2030, e a também advogada Isabela Murça, da OAB/MG, para um debate consciente sobre o assunto. Convoco todos pela proteção ao nosso patrimônio, que é a força econômica e social do feminino brasileiro ameaçado se este projeto for aprovado. Lutemos contra ele!

JORNALISMO PROPOSITIVO

Projeto 1904/24 é ilegal

ÉLIDA RAMIREZ, Colaboradora

"PL da Gravidez Infantil, "do Estupro" ou "do Aborto". Esses são alguns dos apelidos do Projeto de Lei 1904/24 que tramita na Câmara dos Deputados desde o dia 17 de maio de 2024. A matéria tem causado polêmica em todo o País e tramita sob regime de urgência.

Depois de mais de uma semana de repercussões negativas, manifestações de instituições, organizações, movimentos sociais e sociedade civil com posicionamentos contrários e técnicos acerca, inclusive, da ilegalidade da proposta, a Câmara dos Deputados mudou o discurso. A Presidência da Casa criou uma comissão de debate com representantes de todos os partidos e a votação ficou para o segundo semestre.

No entanto, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já considera ilegal a proposta e recomenda seu arquivamento imediato. Na última segunda-feira (17), o Conselho Pleno do Conselho Federal aprovou um parecer, votado pelos 81 conselheiros federais, que declarou inconstitucional o PL 1904/2024.

A OAB/MG tem a mesma posição: "Seguimos a orientação do nosso órgão maior e entendemos que o PL 1904/24 é inconstitucional, um retrocesso aos avanços conquistados pelas mulheres, fundamentais para que uma sociedade democrática se estabeleça. Nosso conselho já avaliou que não existe base constitucional neste projeto e, por isso, ele deve ser arquivado", declara a integrante da Comissão de Enfrentamento à Violência contra Mulheres da Ordem dos Advogados (OAB/MG), Isabela Murça

Para a advogada, o PL pretende criminalizar as vítimas do aborto, o que é inconstitucional. A especialista explica que por motivos de vulnerabilidades variadas, muitas vezes as meninas chegam ao procedimento após a 22ª semana de gestação. A especialista diz que enquadrá-las como homicidas, com pena de 6 a 20 anos, é inverter a lógica da prática criminal. Isabela Murça pondera, ainda, que só de ser apresentado, o PL já vulnerabiliza esse público perante à sociedade, tendo em vista que a proposta prevê penas para as vítimas maiores que as estipuladas aos agressores. Isso sem falar que não contempla nem o risco de morte das crianças e mulheres. Ou mesmo os casos de feto anencéfalo, já contemplados em lei. Para a advogada, o projeto fomenta a cultura de violência sexual no País e está fora da realidade do Judiciário brasileiro.

"A cada oito minutos uma menina é estuprada no Brasil. Se a metade engravidar e deixar para fazer o aborto após a 22.ª semana de gestação, vamos viver em um País que prende uma média de 16.200 crianças estupradas por ano?", questiona a representante da OAB-MG.

A também advogada e membro do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 - GT Agenda 2030, Juliana César, complementa que os retrocessos dos direitos femininos que o PL 1904 traz provocam ainda prejuízos para os compromissos assumidos com ONU na Agenda 2030, suas metas, entraves no desenvolvimento das políticas públicas, serviços do governo e perdas para diversos setores econômicos. E o pior, não apresenta, de fato, soluções para a saúde sexual e reprodutiva e, menos ainda, na redução ao abuso e violência sexual contra crianças e mulheres.

"Esse PL é um descalabro, não aponta a verdadeira intenção de melhorar a nação, de fazer um avanço em relação ao direito de todas as pessoas que gestam. E não tem legalidade para existir", indigna-se.

Juliana César reforça que existem outras pautas urgentes e prioritárias para os deputados federais que poderiam otimizar suas legislaturas em benefício da nação se valorizassem as mulheres."Existe uma grande mobilização dentro do Congresso Nacional por iniciativas que restringem os direitos das mulheres em nome de uma proteção da vida e da família que não corresponde à realidade", critica.

> **"Seguimos a orientação do nosso órgão maior e entendemos que o PL 1904/24 é inconstitucional, um retrocesso aos avanços conquistados pelas mulheres"**
> Isabela Murça

Segundo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, mais de 80% das vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes FOTO:REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Anuário de Segurança Pública – A advogada destaca dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, que mostram como a cascata dessa falta de valor do feminino na sociedade culminam em políticas públicas ineficazes. Segundo o Anuário, mais de 80% das vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes, sendo 60% das vítimas meninas de até 13 anos pretas e pardas. E o agravante: pelo menos 70% desses acontecem dentro de casa. E reitera que o PL do aborto é mais um exemplo estarrecedor.

"O reconhecimento da gravidez com agressor familiar é comum e mais demorado. Só 4% das cidades têm estrutura para um aborto legal. Quando as vítimas conseguem acessá-lo, ainda há entraves. Exigência ilegais de boletim de ocorrência ou escuta do coração do bebê por parte de profissionais contrários à prática são exemplos de absurdos que ocorrem. Precisamos é acabar com essas ilegalidades degradantes. E não aumentar a tortura com um PL aviltante à toda a sociedade brasileira", indigna-se a representante do GT Agenda 2030.

Realidade cruel - Um caso bem perto da capital mineira comprova essa realidade. J.O.T, 22 anos, foi estuprada diversas vezes pelo padrasto e engravidou aos 11 anos. Ela desconhece a proposta do PL 1904. Trabalha 14 horas por dia para sustentar sozinha B.O.T, 11 anos. Ela e a filha moram em Sarzedo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por ignorar o debate, não sabia até o dia dessa entrevista que sua criança pode ser criminalizada, caso a família decida interromper a gravidez de 19 semanas, recém-descoberta. "Eu não sei como aconteceu nem quem foi porque ela não quer contar. Disse que está com medo de alguém brigar com ela. Vamos esperar e ver o que fazer", lamenta J.O.T.

Isabela Murça reforça que a situação de J.O.T é a de milhares de brasileiras. E reforça que além da OAB, toda a sociedade precisa mobilizar-se contra o PL 1904. "Todos os direitos femininos foram conquistados com muita luta. Não podemos retroceder um século com um PL. A OAB/MG é contra o PL 1904, mas todos os setores mineiros e sociedade civil precisam ativamente lutar contra ele", convoca a advogada. **(Veja entrevista completa das especialistas em diariodocomercio.com.br)**

NEGÓCIOS

Setor de fogos de artifício busca legislação justa

IMBRÓGLIO Com barreiras para o uso ao redor do País, atividade padece devido à falta embasamento técnico e diálogo na elaboração das leis

MARCO AURÉLIO NEVES

Presença marcante em comemorações no Brasil e no mundo, principalmente no *Réveillon*, os fogos de artifício têm encontrado barreiras para a sua utilização ao redor do País, com legislação em cidades e estados cada vez mais restritiva em relação ao seu uso. Mas entidades e empresas do setor criticam que falta embasamento técnico e diálogo na elaboração das leis, e que isso causa uma insegurança jurídica que impede novos investimentos.

O Sindicato das Indústrias de Explosivos no Estado de Minas Gerais (Sindiemg), em Santo Antônio do Monte, popularmente chamada de Samonte, no Centro-Oeste mineiro, cidade com um Arranjo Produtivo Local (APL) do setor, busca um debate sem preconceitos com o poder público e a sociedade para a necessidade de leis mais claras e exequíveis.

"As dificuldades são muitas, principalmente através dos obstáculos jurídicos e políticos que vêm sendo apresentados. Mesmo assim, nosso setor vem trabalhando de forma determinada, e nossa expectativa é que os números sejam positivos no fim deste ano", declara Magnaldo Geraldo Filho, presidente do Sindiemg e da Associação Nacional dos Empresários em Pirotecnia (AME Pirotecnia).

Há dois tipos de fogos de artifício: de efeito visual, como no *Réveillon* de Copacabana, e os de tiro - que estão na mira dos legisladores -, com efeito principal sonoro. A questão criticada pelo setor é que a legislação geralmente feita menciona "fogos de estampido", sem esclarecer qual é o tipo de fogo de artifício. Comumente, é o nome dado para fogos de tiro.

"O que a gente entende e defende é que o poder público tem de buscar legislações que sejam coerentes. O poder público tem que fazer um debate, mas o que definir, não pode sacrificar a indústria", afirma Guilherme Santos, consultor de relações institucionais da AME Pirotecnia.

Fogos de efeito visual também têm ruído, já que é impossível criar o efeito sem explosão. Mesmo assim, são fogos para ser disparados a certa distância das pessoas. Fogos de baixo ruído desenvolvidos pela indústria não detêm o mesmo efeito visual. Até por isso, algumas cidades começaram a reformar a legislação com receio de efeitos negativos no turismo.

Há dois tipos de fogos de artifício: de efeito visual, como no *Réveillon* de Copacabana, e os de tiro - que estão na mira dos legisladores -, com efeito principal sonoro FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

> **"O que a gente entende e defende é que o poder público tem de buscar legislações que sejam coerentes. Tem que abrir o debate, mas o que definir, não pode sacrificar a indústria"**
> Guilherme Santos

Ele aponta que a discussão acerca do tema avançou muito, mas percebe que ativistas das causas animal e autismo muitas vezes não se aprofundam. O setor faz campanhas de conscientização para tratar a questão dos fogos de artifício com autistas e do uso de abafadores auriculares. "É um problema que pode ser enfrentado de outras formas", declara.

Culturalmente atrelado às comemorações, o setor de fogos de artifício tem uma sazonalidade. Períodos como ano novo, festa junina, ou eventos esportivos, entre outras festividades nacionais e regionais, impulsionam a demanda da indústria. O APL de Fogos de Artifício de Samonte tem cerca de 60 indústrias do setor e gera 5 mil empregos diretos. Somente em Santo Antônio do Monte estão 80% desses postos de trabalho. No passado, a indústria do APL chegou a ter aproximadamente 9 mil trabalhadores.

Empresas criticam falta de espaço no debate público

Depois de alguns anos, o setor retomou a exportação para os Estados Unidos. O Brasil é o segundo maior produtor de fogos de artifício, atrás apenas da China. A cidade de Liuyang, na província de Hunan, inclusive, tem a mesma característica de Santo Antônio do Monte, popularmente chamada de Samonte, no Centro-Oeste mineiro.

São marcas que demonstram as condições de competitividade do APL, hoje cada vez mais distantes com legislação restritiva. Guilherme Santos, consultor de relações institucionais da AME Pirotecnia, ressalta esse destaque mundial e afirma que a indústria nacional caiu em um "lugar comum" na política. "Para que isso se fortaleça, são necessários mais investimentos. Mas os empresários ficam inseguros com o atual momento, porque pode se ver em uma situação em que o negócio dele fique inviável".

A insegurança jurídica é a barreira para que a Fogos Piromax, em Samonte, faça mais investimentos. "Essas leis estão sendo muito restritivas. Isso gera uma insegurança para que possamos investir em novas tecnologias, novos produtos, para atender essa demanda", disse o proprietário Tiago Oliveira.

Ele aponta que uma legislação federal poderia solucionar o problema com diferentes leis municipais e estaduais. O empresário afirma que o mercado interno é o que sustenta o negócio e, para exportação, é preciso de investimentos que exigem segurança. "Buscamos tecnologia, principalmente na China, mas tem um custo alto, só que a gente fica muito inseguro de fazer investimento".

Oliveira aponta a falta de diálogo do poder público com o setor. "A discussão da lei é unilateral, os políticos não querem conversar conosco, a gente não é ouvido", lamenta. "A gente queria que fosse com embasamento técnico, que a gente pudesse pôr nossa opinião e chegar num consenso", completa. **(MAN)**

MORADIA INTELIGENTE

Solução da Housi busca zerar valor de condomínio

LEONARDO MORAIS

Assim como telefones celulares, TVs e computadores, o mercado imobiliário vem se transformando e quer se tornar cada vez mais digital. A comparação citada pelo CEO da *startup* Housi, Alexandre Frankel, reflete a proposta da empresa, que vem transformando residências pelo Brasil, incluindo Minas Gerais, apostando no conceito *smart living* (moradia inteligente).

A empresa, com sede em São Paulo, vem equipando empreendimentos em 135 cidades com mercados autônomos, farmácias, carros compartilhados, carregadores elétricos, dentre outras possibilidades. "Somos o sistema operacional do prédio. Pegamos um prédio analógico e transformamos em um grande centro de conveniência, gerando economia de tempo e dinheiro aos moradores", explica.

Em Minas Gerais, a empresa já concretizou mais de 40 unidades parceiras em diversos municípios, como Uberlândia, Patrocínio, Varginha, Uberaba, Juiz de Fora, Passos e Pouso Alegre. Para os próximos meses, a *startup* vai desembarcar em Belo Horizonte com a primeira unidade na cidade do InHouse (prédio inteligente parceiro da *startup*) no bairro Lourdes, na região Centro-Sul.

Segundo Frankel, somente na capital mineira já existem 12 projetos fechados e a intenção da empresa é triplicar a atuação no próximo ano, alcançando 120 unidades em terras mineiras. "Minas Gerais é um solo fértil, com grande demanda para nossos produtos. O Estado é um dos mais representativos do Brasil, com cidades universitárias e áreas de grande potencial econômico", destaca.

Além da expansão em Minas Gerais, a *startup* de moradia projeta crescer em diferentes localidades dado aos bons resultados positivos no orçamento. Em 2023, a empresa faturou R$ 300 milhões e projeta encerrar 2024 com evolução até três vezes superior.

Segundo Frankel, somente na Capital já existem 12 projetos fechados e a intenção é triplicar a atuação na região no próximo ano FOTO: DIVULGAÇÃO / HOUSI

Com a aquisição de produtos e serviços dentro dos empreendimentos parceiros, a Housi tem como objetivo zerar o custo do condomínio para os clientes. "Uma parte do que é gerado no prédio será revertido para o condomínio. Nosso objetivo é tornar o condomínio custo zero", revela.

E a *startup* já vem conseguindo reduzir gradativamente esse custo. Entre as parcerias já fechadas para compor os centros de conveniência, estão marcas como Ambev, Unilever e Cacau Show, por exemplo.

Para os incorporadores, a parceria também pode ser atrativa. Segundo Frankel, os empreendimentos parceiros da *startup* obtêm valorização de 18% e aceleração de 35% na velocidade de vendas. "Praticamente dobramos a margem de resultado das incorporadoras ao oferecermos um prédio de última geração com uma série de comodidades embarcadas", destaca o CEO.

NIC completa 30 anos e inaugura nova sede em BH

INTEGRAÇÃO DAS CIÊNCIAS Representante exclusivo do Instituto Gandhi e da Gaiasoft no Brasil, grupo promove rede internacional de pensadores

DANIELA MACIEL

Nova sede do Núcleo de Integração da Ciência em Belo Horizonte está localizada no bairro Mangabeiras, na região Centro-Sul FOTO: DIVULGAÇÃO / PEDRO VASCONCELOS

Lynnea Bylund, presidente do GWEI (esquerda) e Emília Barros FOTO: DIVULGAÇÃO / JOAO EUGENIO

Criado em 1994, o Núcleo de Integração da Ciência (NIC) inaugura nova sede em Belo Horizonte, no bairro Mangabeiras (região Centro-Sul) e promove sábado (22) e domingo (23) uma série de atividades para apresentar a "Metodologia NIC de Transformação Territorial Integrada" e seus temas principais, como a promoção da longevidade e bem-estar.

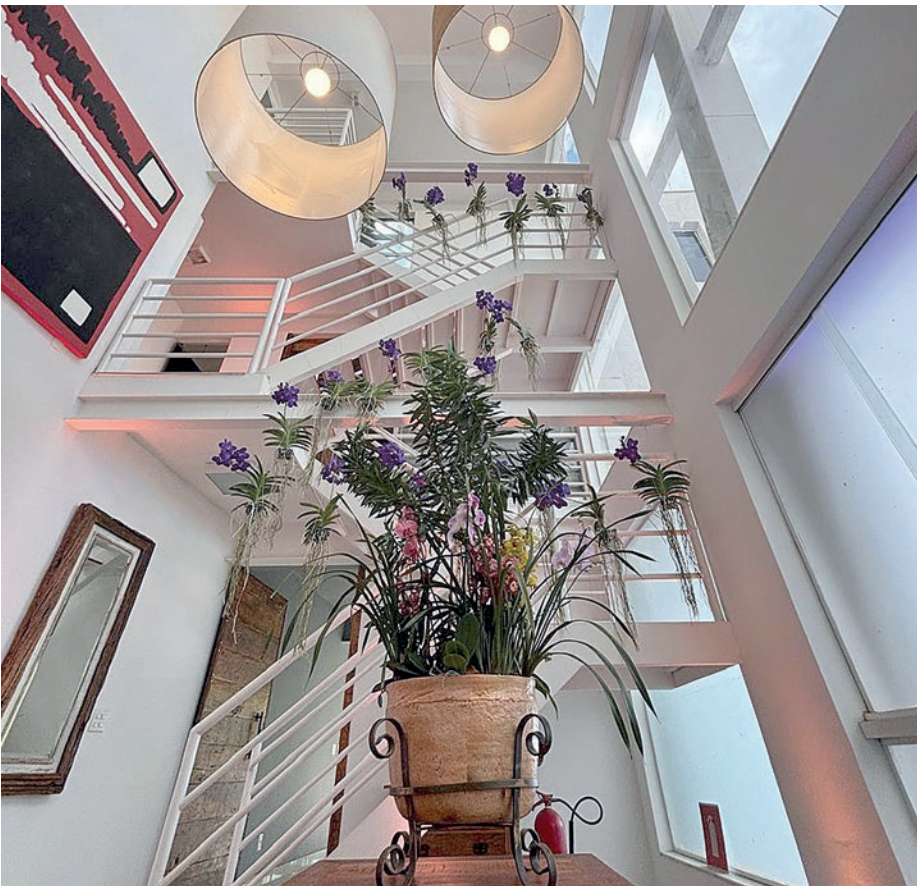
De acordo com a presidente do NIC, Emília Barros, a instituição reúne cientistas e livre pensadores de diferentes áreas para a troca de conhecimentos e experiências na busca por soluções sob medida para problemas complexos e urgentes.

"Hoje a educação oferecida à sociedade é fragmentada e quase nunca conseguimos relacionar as disciplinas e conteúdos. Mas o mercado de trabalho e a vida nos exigem uma visão sistêmica das coisas. O NIC propõe a integração das ciências porque isso gera soluções mais rápidas e eficientes", explica Emília Barros.

Entre os palestrantes em Belo Horizonte estão pesquisadores e lideranças estrangeiras como a presidente do GWEI, Lynnea Bylund (EUA); o fundador da Gaiasoft, Morel Fourman (Inglaterra); o fundador do movimento Ubuntu, Michael Tellinger (África do Sul); os empresários sociais indianos Rajat Handa e Kavish Saluja, entre outros.

A programação no dia 22 é composta por painéis com a presença de palestrantes referência em cada temática. Em "Longevidade, Saúde e Bem-Viver", os participantes vão abordar a importância de uma indústria de longevidade e de se refletir sobre uma qualidade de vida comum.

Os presentes também vão conhecer, em primeira mão, o "Projeto Igarassu: Patrimônio Natural da Humanidade", que vai promover a transformação da cidade pernambucana com uma perspectiva integrada de prosperidade a partir do turismo do bem-viver. O dia ainda vai marcar o anúncio do lançamento mundial da campanha "Love in Action", do Instituto Gandhi, que será desenvolvida em parceria com o NIC e executada globalmente em 2025.

"O Brasil ainda não tem um polo da indústria da longevidade. Esse projeto em Pernambuco, que envolve a comunidade, governo, academia e lideranças sociais locais, tem como foco o desenvolvimento da cadeia produtiva da longevidade, explorando, fomentando e criando novas experiências naquele território", afirma.

O evento tem o seu encerramento no domingo, no auditório do Museu Histórico Abílio Barreto (região Centro-Sul), com a première brasileira do documentário "O Legado de Gandhi" (Ahimsa Gandhi: The Power of the Powerless), seguida de um bate-papo com o diretor indiano Ramesh Sharma. O filme apresenta Mahatma Gandhi e sua filosofia de "Ahimsa" (não-violência), explorando sua profunda influência em momentos cruciais da história.

Para acompanhar a programação de inauguração da nova sede institucional do Núcleo de Integração das Ciências basta adquirir entradas pelo site www.institutonic.org com diferentes pacotes para a participação presencial ou acesso à transmissão on-line das atividades.

Nova sede recebe fórum mundial - A nova sede na Capital tem sete andares e vai receber, ao longo do ano, diferentes eventos com rodas de conversa, seminários e, talvez, o mais importante deles, um fórum mundial, e o lançamento da campanha Love in Action, junto com Gandhi Worldwide Education Institute (GWEI). O evento deve acontecer no início de dezembro.

"Nessa campanha que será lançada em BH, vamos trazer personalidades para divulgar trabalhos que transformam o mundo. O mote é o 'Amor em Ação'. É o amor que vai além dos discursos e constrói um mundo melhor. Teremos um menu de ações e para participar pessoas e organizações precisarão adotar, pelo menos, duas ou três delas. Essa lista vai ser composta também por ações que já estão sendo realizadas que se encaixam nesse perfil e podem ser fomentadas e aceleradas", anuncia a presidente do NIC.

O trabalho de integração das ciências do NIC e a programação comemorativa dos seus 30 anos e a nova sede na Capital estão alinhados com o Movimento Minas 2032 - pela transformação global (MM2032). Liderado pelo Diário do Comércio, o MM 2032 propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2015. %

> **"Hoje a educação oferecida à sociedade é fragmentada. Mas o mercado de trabalho e a vida nos exigem uma visão sistêmica das coisas. O NIC propõe a integração das ciências porque isso gera soluções mais rápidas e eficientes"**
> Emília Barros

PET SHOP

Petz abre décima loja em Belo Horizonte

THYAGO HENRIQUE

A Petz, especializada em serviços e produtos para animais de estimação, terá, em breve, uma nova loja em Belo Horizonte. Desta vez, a unidade será aberta na avenida Cristiano Machado, na altura do bairro Floramar, na região Norte da cidade, ao lado do supermercado Apoio Mineiro. Quem passa pelo local já vê sinais do empreendimento, embora a empresa ainda não dê detalhes do projeto.

Esta será a décima unidade do grupo na Capital. As outras lojas estão assim situadas:

- Barreiro
- Santa Efigênia
- Caiçara
- Paquetá
- Dom Joaquim
- São Pedro
- Liberdade
- Estoril
- Sagrada Família

Em Minas Gerais, o empreendimento será o 22º. Além de Belo Horizonte, a rede possui unidades nos municípios de Contagem (2), Juiz de Fora (2), Betim (1), Divinópolis (1), Governador Valadares (1), Ipatinga (1), Poços de Caldas (1), Sete Lagoas (1), Uberaba (1) e Uberlândia (1).

Ao todo, a Petz tem, no momento, cerca de 246 lojas no Brasil, distribuídas nas cinco regiões.

Fundada há quase 22 anos em São Paulo, com o nome de Pet Center Marginal, a empresa cresceu exponencialmente, se tornando uma das líderes e mais reconhecidas do mercado. Em 2020, a companhia foi, inclusive, o primeiro varejo pet a realizar oferta inicial de ações (IPO) na B3, sendo que se mantém como a única representante deste segmento na bolsa brasileira.

Atualmente, o grupo Petz também é detentor de cinco marcas. São elas: Petix, líder no ramo de tapetes higiênicos no Brasil com a linha SuperSecão; Cansei de Ser Gato (CDSG), uma das maiores plataformas digitais de conteúdo e produtos para gatos; Zee.dog, que comercializa produtos e acessórios para cães em mais de 45 países; Zee.now, serviço de entrega expressa de produtos pet; e Cão Cidadão, maior franquia de adestramento em domicílio da América Latina.

Fusão pode criar a maior rede de pets do País - Em abril deste ano, a Petz anunciou que fechou um acordo de fusão com a concorrente Cobasi. O negócio ainda precisa ser aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Caso a operação avance, a empresa combinada será a maior rede do setor brasileiro de pet. Conforme fato relevante publicado à época, a nova varejista terá 483 lojas, faturamento bruto anual de cerca de R$ 6,9 bilhões e Ebitda ajustado de R$ 464 milhões - considerando 2023. "A operação implicará na união de duas companhias com modelos de negócios e direcionamentos estratégicos similares, com o fortalecimento da omnicanalidade na plataforma combinada, ganho de escala e potencialização da estratégia comercial", afirmou a Petz no documento. %

Avenida Cristiano Machado abrigará nova lola da Petz FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / THYAGO HENRIQUE

LIVROS

Livro de Javier Milei ganha tradução no Brasil

Eleito presidente da República da Argentina em 2023, o economista Javier Milei teve seus textos com ideias e planos organizados no livro "Viva A Liberdade, Carajo!". A obra chega ao Brasil pelo selo Edições 70, da editora Almedina Brasil, com tradução do professor e jurista Tiago Pavinatto. Graduado, Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Buenos Aires, Milei é conhecido por suas posições firmes e controversas. Autodenominado o primeiro presidente libertário da história, seus escritos abrangem desde críticas ao Estado e à redistribuição de riqueza até suas visões sobre o mercado e a liberdade individual. Sempre disruptivo em suas falas e ações, o argentino é uma figura multifacetada que já atuou como goleiro de futebol, músico e ator. Sua ascensão política é marcada por críticas contundentes à "casta política" que, segundo sua convicção, provocaram a crônica situação econômica da Argentina. (Viva A Liberdade, Carajo!, Javier Milei, Editora Almedina Brasil - Edições 70, 240 páginas, R$ 59)

Papéis-chave para o crescimento na carreira

A transição para a carreira gerencial é um desafio complexo que exige uma mudança significativa de mentalidade. Para auxiliar aqueles que percorrem esse caminho e desejam aprimorar as competências que sustentam a liderança, o especialista em desenvolvimento profissional e consultor empresarial Yuri Trafane lança o livro "Os Quatro Papéis - Lições de liderança, gestão, estratégia e empreendedorismo na carreira gerencial". Ao longo das páginas, o leitor mergulha nas particularidades dos quatro papéis essenciais que profissionais em cargos gerenciais devem desempenhar: líder, gestor, estrategista e empreendedor intracorporativo. A importância de engajar equipes, estabelecer metas claras, desenvolver uma visão sistêmica e estimular a inovação constante são alguns dos temas abordados. (Os Quatro Papéis - Lições de liderança, gestão, estratégia e empreendedorismo na carreira gerencial, Yuri Trafane, Editora Ynner – Novaskill, 360 páginas, R$ 79)

Vida e obra da pensadora russa Helena Blavatsky

A filósofa, escritora e poetisa Lúcia Helena Galvão lança pela Hanoi Editora seu novo livro "Helena Blavatsky, a Voz do Silêncio". A obra apresenta o texto da peça teatral de sucesso de mesmo nome que roda o Brasil desde 2019 e já emocionou mais de 50 mil espectadores. Helena Blavatsky é uma das figuras mais notáveis do século XIX. Suas ideias influenciaram personalidades notáveis, incluindo cientistas como Albert Einstein e Thomas Edison, escritores como James Joyce e Fernando Pessoa e músicos como Mahler e Jean Sibelius. O monólogo de Lúcia Helena Galvão, interpretado por Beth Zalcman e dirigido por Luiz Antônio Rocha, foi o primeiro dos escritos teatrais da autora, é situado no último dia de vida de Blavatsky e explora as vivências que moldaram sua abordagem filosófica integrativa e visionária. Sozinha em um quarto frio (Helena Blavatsky, a voz do silêncio, Lúcia Helena, Hanoi Editora, 78 páginas, R$ 40)

Autor mineiro lança livro sobre "como ser feliz no jornalismo"

CARREIRA Obra é um tratado consciente de amor à profissão através das histórias vividas pelo autor ao longo de quase 40 anos de carreira

Penna: o papel do repórter é, com respeito, confrontar informações para construir a melhor matéria possível para o leitor FOTO: DIVULGAÇÃO / JOÃO CARLOS FIRPE PENNA

JOÃO CARLOS FIRPE PENNA
COMO É SER JORNALISTA
(e ser feliz na profissão)
FINO TRAÇO EDITORA

> **"Para não sucumbir às dificuldades, além de se valer da técnica, o profissional precisa entender a ética da profissão"**
>
> João Carlos Firpe Penna

DANIELA MACIEL

O livro "Como é ser jornalista (e ser feliz na profissão)", primeiro volume da coleção Profissões, da editora mineira Fino Traço, será lançado no Centro Cultural do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no dia 27 de junho (quinta-feira). De autoria do jornalista e professor João Carlos Firpe Penna, a obra é um tratado consciente de amor ao jornalismo através das histórias vividas pelo autor ao longo de quase 40 anos de carreira.

"Como toda profissão, o jornalismo também tem seus desafios e mazelas. Para não sucumbir às dificuldades, além de se valer da técnica, o profissional precisa entender a ética da profissão. Ele precisa avaliar os impactos da notícia que produz e ser honesto com seu público", afirma Penna.

Formado em Comunicação Social e em Economia, o autor foi o criador da disciplina de Jornalismo Econômico no curso de Jornalismo da PUC Minas. Ele trabalhou em diferentes jornais impressos de Belo Horizonte e Brasília, além de atuar como comentarista de TV e assessor de diversas entidades, a exemplo do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais.

A carreira começou como repórter do Diário do Comércio. Também foi colunista e editor de Economia do jornal "Hoje em Dia". Em Brasília, atuou como coordenador de Economia da sucursal da "Folha de São Paulo".

"Logo que me formei, fui para o Diário do Comércio. Foi uma grande experiência. Lembro de quando entrevistei o ex-vice-presidente José Alencar. Ele era presidente da Fiemg e dono da Coteminas. A entrevista era sobre o setor têxtil. Os números divulgados eram muito bons, mas ele só reclamava. Uma ou duas vezes eu questionei sobre os resultados até que ele, irritado, perguntou se eu tinha ligado para ouvi-lo ou contestá-lo. Eu escrevi a matéria e comuniquei ao editor o que havia acontecido, com medo de ser mandado embora. O editor, então, me disse que eu havia agido corretamente. O papel do repórter é, com respeito, confrontar informações para construir a melhor matéria possível para o leitor. Essa foi uma grande lição de jornalismo que tive logo no início no Diário do Comércio", relembra o escritor.

Nos dias de hoje, o autor aponta como grandes desafios da profissão os ataques ao jornalismo profissional e a disseminação de *fake news*. Ainda assim, o livro, que também é dedicado aos estudantes do ensino médio, traz uma visão positiva do jornalismo.

"O meu livro não é uma obra de ficção como muitos dizem. É sim, possível, ser feliz no jornalismo, desde que o profissional entenda o seu papel diante da sociedade. Vivemos um momento histórico difícil, mas que, ao mesmo tempo, mostra a importância do jornalismo profissional. Não seremos meros publicadores de *posts* ou substituídos pela Inteligência Artificial porque o público merece e precisa de notícias que sejam bem apuradas, bem construídas e que tenham passado pela crítica de um profissional bem qualificado e ético", completa Penna.

EMPREENDEDORISMO

Guia quebra tabus na gestão de negócios

Depois de quase duas décadas empreendendo, o escritor *best-seller* com mais de 200 mil exemplares vendidos da obra de sucesso no mundo do Marketing "Gatilhos Mentais", Gustavo Ferreira lança "Cartas de Ouro para Empreendedores", um guia prático para quem deseja ter um negócio de sucesso.

O Brasil tem 42 milhões de empreendedores, conforme uma pesquisa feita pelo Sebrae e pela Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Anegepe) e a previsão é de que este número pode mais que dobrar nos próximos três anos devido à quantidade de pessoas que pretendem iniciar um novo negócio neste período. Hoje o País já está entre as 10 nações com mais empresas registradas.

No novo livro de Gustavo Ferreira, com prefácio de José Paulo Pereira Silva, fundador e CEO do Grupo Ideal Trends, o autor e consultor estratégico de negócios, que, desde 2014, compartilha seu conhecimento e estratégias com milhares de empreendedores, conta que chegou a trabalhar, e conheceu outros empreendedores que trabalhavam 80 horas por semana, sem, muitas vezes, atingir o faturamento desejado, e abrindo mão da saúde e de tempo de qualidade com a família, e que isso o fez se questionar de que valia tanto esforço e dinheiro?

A partir das lições e aprendizados que adquiriu ao longo da vida como empreendedor Gustavo Ferreira desenvolveu um método para construir negócios Sólidos, Lucrativos e Escaláveis, e é o que ele compartilha em seu novo livro "Cartas de Ouro para Empreendedores", um guia prático para quem deseja ter um negócio de sucesso. O livro traz 17 cartas repletas de métodos eficientes para prospectar clientes e aumentar o impacto da marca. Baseado em casos reais e na sua experiência profissional, o autor orienta aqueles que querem começar ou alavancar suas empresas.

Segundo Gustavo Ferreira há duas maneiras de levar a vida empreendedora. Uma delas é a busca por estabilidade. "Nos últimos anos, muitas pessoas se viram obrigadas a se tornar empreendedoras apenas pela necessidade de pagar as contas, e não há nada de errado nisso. Eu mesmo tive que dar alguns "passos para trás". Recuei na minha ânsia de empreender e busquei um emprego que me proporcionaria estabilidade e dinheiro para pagar as contas", conta o autor.

A outra maneira de encarar a vida empreendedora, segundo o livro, é buscar um crescimento exponencial. "Com estas Cartas, vou oferecer auxílio para as duas situações. Porque quero mostrar como você pode "comprar" mais tempo, o nosso bem mais valioso. Como você pode cobrar mais por seu produto ou serviço. Como você pode atrair mais pessoas para o seu negócio. Como vender ainda mais para quem já é seu cliente", finaliza.

O autor faz questão de quebrar alguns tabus ensinados por gurus do *marketing* digital e explica que uma estratégia personalizada é sempre o melhor caminho. Ele conta um caso de sucesso em que fez justamente o contrário do que as tendências apontavam. O resultado veio: uma das empresas que o tiveram como consultor alcançou um faturamento de quase 1,8 milhão só com *e-mail marketing*.

Com a missão de impulsionar a sustentabilidade financeira de empresas, "Cartas de Ouro Para Empreendedores" está em pré-venda na Amazon (*https://amzn.to/3QN48DN*).

LEGISLAÇÃO

Lula admite sancionar projeto que legaliza cassinos e jogos de azar

APOSTAS **Proposta foi aprovada pela CCJ do Senado e deverá ser votada no plenário da Casa**

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na sexta-feira (21) que deve sancionar o projeto de lei que propõe a legalização de cassinos e jogos de azar, como bingo e jogo do bicho, no Brasil. Para Lula, entretanto, não é isso "que vai salvar o País" em termos de receitas e geração de empregos.

Em entrevista à Rádio Meio Norte, em Teresina, no Piauí, o presidente disse que, se o texto for aprovado no Congresso, com acordo entre os partidos políticos, "não tem porque não sancionar".

Na última quarta-feira (19), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 14 a 12 votos, relatório sobre o Projeto de Lei 2.234/2022, que veio da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado, e tramita no Senado desde 2022. O tema agora deve ser remetido ao plenário da Casa.

A proposta prevê a permissão para a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer, como hotéis de alto padrão (com pelo menos 100 quartos), restaurantes, bares e locais para reuniões e eventos culturais. O texto propõe ainda a possível emissão de uma licença para um cassino em cada estado e no Distrito Federal. Alguns estados teriam exceção, como São Paulo, que poderia ter até três cassinos, e Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, com até dois cada um, sob a justificativa do tamanho da população ou do território.

A exploração de jogos de azar no Brasil é proibida desde 1946. Parlamentares contrários ao projeto argumentam sobre o aumento do vício em jogos e a criação de um ambiente favorável à prostituição, ao consumo de drogas e máfia.

O presidente Lula disse que não joga, não é favorável a jogos, mas também não acha que é um crime. "Houve um tempo em que esse discurso sobre jogos de azar tinha alguma verdade. De todos os jogos que acontecem, eu sempre achei que o jogo do bicho era o jogo que mais distribuía a dinheiro, porque o cara ganha R$ 50, R$ 40, R$ 30. Isso é considerado contravenção, é proibido. Jogar baralho, jogar *poker*, apostar dinheiro é proibido, fazer cassino é proibido. Mas é jogatina que você tem hoje na televisão, no esporte? Criança com celular na mão, fazendo aposta o dia inteiro. Quem é que segura isso?", questionou.

"Eu não acredito no discurso de que, se tiver cassino, o pobre vai gastar tudo que tem. O pobre não vai no cassino, o pobre vai trabalhar no cassino, ele pode até ver a sua cidade se desenvolver, mas ele não vai porque o cassino é uma coisa pra gente que tem dinheiro", acrescentou o presidente.

Ganhos econômicos - Já quem é a favor do projeto argumenta sobre os ganhos econômicos, geração de emprego e o desenvolvimento turístico das regiões com a presença dos cassinos, além do aumento da arrecadação de impostos para o governo. Apesar de concordar com esses benefícios, para Lula, "não é isso que vai resolver o problema do Brasil".

"Essa promessa fácil de que vai gerar 2 milhões de empregos, de que vai desenvolver não é verdade também. O meu jogo é fazer a economia brasileira voltar a crescer, o meu jogo é fazer muito investimento no ensino profissional, técnico, nas universidades e no ensino fundamental. Meu jogo é fortalecer a escola de tempo integral do Brasil inteiro, é gerar emprego, aumentar salário, distribuir renda porque é isso que deixa o povo feliz. É esse jogo que o povo tem que apostar e é esse jogo que o povo vai ganhar", ressaltou. **(ABr)**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entende que os jogos não devem ser criminalizados no Brasil FOTO: LOUISA GOULIAMAKI / REUTERS

> **"Eu não acredito no discurso de que, se tiver cassino, o pobre vai gastar tudo que tem. O pobre não vai no cassino, o pobre vai trabalhar no cassino"**
> Luiz Inácio Lula da Silva

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 07/05/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 24

ICMS - junho (1º a 20) - fabricante de refino de petróleo - Recolhimento do ICMS devido no regime de tributação monofásica pelo estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, situado em Minas Gerais. **Nota:** O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 22 do mês da ocorrência do fato gerador, relativamente às operações realizadas do dia 1º e 20 de cada mês. DAE/internet, decretos nºs 48.555/2022 e 48.619/2023.

Dia 25

ICMS - junho (11 a 23) - fabricante de refino de petróleo - Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, exceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de prazo de recolhimento diferenciado. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XII, "b"

ICMS - junho (11 a23) - prestação de serviço de comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento - Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 30.000.000,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 300.000.000,00. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XIII, "b".

Dia 27

ICMS - junho (1º a 26) - indústrias de bebidas e fumos - Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 26 do mês de referência.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 27 do mês da ocorrência do fato gerador, não havendo expediente bancário postergar para o primeiro dia útil seguinte. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "a".

Dia 28

DeSTDA - maio - Simples Nacional - A DeSTDA será transmitida mensalmente até o dia 28 do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração ou até o primeiro dia útil seguinte, quando o término do prazo se der em dia não útil, pelos contribuintes cujas operações ou prestações estiverem sujeitas aos regimes de substituição tributária, da antecipação do recolhimento do imposto e à incidência do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual. A DeSTDA também deverá ser transmitida à unidade da Federação onde o contribuinte mineiro estiver inscrito como substituto tributário. Programa Sedif-SN (Sistema Eletrônico de Documentos e Informações Fiscais do Simples Nacional), RICMS-MG/2023, anexo V, artigo 144, § 1º.

TFRM - maio - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) - Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. Notas:

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10, §§ 1º e 2º.

FINANÇAS

Criação do ITCMD progressivo vai onerar os contribuintes

TRIBUTOS Demanda por planejamento sucessório cresceu 50% nos primeiros meses de 2024, diz especialista

Cresce a procura por planejamento sucessório. Tudo porque a nova reforma tributária, aprovada no fim do ano passado, e em processo de regulamentações pelo Congresso Nacional, tornará o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) progressivo, aumentará a tributação para valores elevados e vai taxar heranças e doações provenientes do exterior. "As pessoas não devem deixar para depois, pois a conta será alta. Sem falar que em 20 minutos tudo pode mudar. Não há um quadro realmente definido, são muitas as possibilidades. Mas é indiscutível que as regras atuais são menos onerosas", diz a advogada tributarista e societária Polyany Cunha, sócia do escritório Diego Leonel & Advogados Associados, e professora da PUC Minas.

Segundo ela, só nestes primeiros meses de 2024 cresceu 50% a procura por planejamento sucessório no escritório em relação a todo o ano de 2023. "A ideia de que apenas grandes fortunas é que deviam passar por este planejamento não é mais verdade. Heranças e patrimônios a partir de R$ 1 milhão já conseguem uma economia significativa se for realizado planejamento sucessório ao invés de deixar essa organização para o inventário", argumenta.

Um dos impactos da reforma tributária nos processos de inventário e doação é a elevação do ITCMD, que em dez estados têm alíquotas fixas de 4% sobre os bens, incluindo Minas Gerais. "Será muito prejudicial para herdeiros e sucessores", afirma a advogada. De acordo com ela, hoje, o custo de inventário em Minas pode chegar a 37% dos bens e com aumento das alíquotas poderá chegar a quase 42%. "Dessa forma, se a pessoa deixar um patrimônio de R$ 2 milhões, o custo será em torno de R$ 820 mil", exemplifica. Ela explica que, hoje, a taxa do ITCMD varia de 2% a 8% a depender do estado.

"Em uma versão preliminar, o texto que 'vazou' no dia 3 de junho, pedia a inclusão dos planos de previdência privados, quando a pessoa falecida deixa o valor para os herdeiros, tais como Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)", lembra Polyany Cunha. Ela acrescenta que isto não é uma inovação porque alguns estados, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, já têm aplicado este entendimento, bastante discutido. Mas a pauta acabou sendo retirada. "Todavia, fica o alerta, pois não quer dizer que o governo não tenha intenção de voltar a ela", ressalta.

A advogada diz que a reforma também quer cercar as definições sobre sucessor e uma lista das transmissões a título gratuito, que são consideradas como doações para fins de incidência do ITCMD. Além disto, segundo ela, há a proposta de delimitar situações que envolvam negócios jurídicos praticados pelos contribuintes por liberalidade, mas que o governo entende que se trata de doação.

Inventário - "Por exemplo: venda simulada de imóvel, quando ocorre a transmissão declarada como onerosa para pessoa que não demonstra capacidade econômica para sua aquisição; empréstimo de dinheiro declarado e depois um perdão de dívida por liberalidade e sem justificativa comprovada, antes não incidiam ITCMD e poderão incidir, agora, se este for o entendimento do governo", afirma Polyany Cunha. Ela relata que outra mudança relevante é a impossibilidade de escolher o estado para realização do inventário onde se encontra o bem.

Atualmente, para os bens imóveis e direitos respectivos, o imposto é pago onde se encontram. Já para bens móveis a tributação é quitada no lugar em que se processar o inventário ou arrolamento. "Isto permite aos herdeiros realizarem o inventário no estado com valores mais em conta", explica a advogada. Com a entrada em vigor da reforma, segundo ela, o ITCMD de bens móveis, títulos e créditos recebidos a título de herança será cobrado no estado onde residia o falecido e não mais no local da realização do inventário. %

A advogada Polyany Cunha alerta para o aumento da taxação de heranças e doações FOTO: DIVULGAÇÃO / LETICIA MANSUR

> **"A ideia de que apenas grandes fortunas é que deviam passar por este planejamento não é mais verdade. Heranças e patrimônios a partir de R$ 1 milhão já conseguem uma economia significativa se for realizado planejamento sucessório"**
>
> Polyany Cunha

Critério da cobrança do ITBI passará a ser o preço de mercado

Há mudanças significativas também no Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que com a reforma tributária passa a se chamar Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos. Se hoje o imposto é pago pelo valor venal (custo de fato da obra), vai passar a ser considerado o preço de mercado. "Isto quer dizer que se uma casa custou R$ 100 mil para ser construída, o que atualmente é a base de cálculo do ITBI na venda, e se ela valorizou, tem preço de mercado de R$ 1 milhão, este será a referência para a tributação. Elevou em mais R$ 900 mil a base de cálculo", argumenta advogada tributarista e societária Polyany Cunha.

A especialista informa ainda que poderá haver mudança no momento da cobrança do ITBI. O pagamento, hoje, é feito no dia da transferência do imóvel por meio do registro no cartório e, com a reforma, ficará a cargo das prefeituras definir este momento, podendo ocorrer na assinatura do contrato de compra e venda. "Sem dúvida, as regras atuais são mais benéficas. É possível planejar e ter uma melhor previsibilidade do custo geral", afirma a advogada. Por isso, ela recomenda a antecipação. "Fará uma diferença significativa no bolso de sucessores e herdeiros", destaca a especialista. %

BANCOS

Nomenclaturas dos extratos irão ganhar padronização

São Paulo – Instituições financeiras associadas à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) irão alterar o extrato bancário a partir de 8 de julho. A principal mudança é a padronização das nomenclaturas. A medida irá abranger depósitos e saques. Depois, as demais operações financeiras serão incluídas nestas mudanças.

A iniciativa, segundo a Febraban, foi criada pensando em facilitar o cotidiano dos clientes, tornando as informações mais acessíveis, principalmente para quem tem conta em mais de uma instituição.

O extrato bancário é um documento fornecido pela instituição financeira que resume as transações realizadas de uma conta bancária em um determinado período.

Nele, há informações sobre depósitos, saques, transferências, pagamentos de contas e outras transações. O documento funciona como uma espécie de registro de todas as movimentações financeiras de uma conta bancária, ou seja, as entradas e saídas de dinheiro.

Na nova nomenclatura, as operações de depósito de cheque no caixa eletrônico, também chamado de ATM, sigla para Automated Teller Machine, passarão a ser descritas no extrato como "DEP CHEQUE ATM".

As operações de saque de dinheiro em espécie no caixa da agência com o cartão da conta, aparecerão no extrato como "SAQUE DIN CARTAO AG".

Hoje, essas informações variam conforme o banco. "Atualmente, os bancos usam mais de 4.000 tipos de nomenclaturas diferentes em suas operações, o que gera diferenças significativas entre os bancos para um mesmo tipo de operação financeira", afirma Walter Faria, diretor-adjunto de Serviços da Febraban.

"A iniciativa vai universalizar as informações, trazendo mais compreensão ao cliente sobre a operação que ele realizou, além de ampliar o acesso da população aos serviços bancários", diz.

O acesso ao extrato bancário é direito de todos os consumidores e é gratuito para até dois extratos com a movimentação dos últimos 30 dias, para contas correntes. Cada banco ou instituição financeira possuem procedimentos diferentes para acessar o extrato bancário. É possível acessar o documento por *internet banking* (*site* oficial do banco ou instituição financeira); aplicativo do banco ou instituição financeira; em caixas eletrônicos ou agência bancária (presencialmente); ou central de atendimento telefônico do banco.

Clientes com conta-corrente podem ter até dez serviços gratuitos em bancos e instituições financeiras caso a empresa ofereça esses serviços, até o limite mensal estabelecido pelo Banco Central. O que ultrapassar o pacote garantido por lei pode ser cobrado. (**Laryssa Toratti/Folhapress**) %

A Febraban afirma que o cotidiano dos clientes será facilitado, com as informações mais acessíveis nos extratos FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Ibovespa registra o primeiro ganho semanal desde maio

MERCADO **Índice foi impulsionado na sessão de sexta-feira (21) pela valorização das ações da Localiza e Sabesp**

São Paulo - O Ibovespa fechou em alta na sexta-feira (21), confirmando o primeiro ganho semanal desde meados de maio, com Localiza entre os destaques positivos, assim como Sabesp, na iminência da oferta de ações que privatizará a companhia de saneamento básico do Estado de São Paulo.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa terminou com elevação de 0,74%, a 121.341,13 pontos, tendo oscilado de 120.061,04 pontos na mínima a 121.580,05 pontos na máxima, acumulando na semana ganho de 1,4%. O volume financeiro somou R$ 30,3 bilhões.

Para o analista Régis Chinchila, da Terra Investimentos, o Ibovespa descolou de Nova York na sessão de sexta-feira, com movimento técnico de vencimento de opções sobre ações na bolsa paulista. Em Wall Street, o S&P 500, uma das referências do mercado acionário norte-americano, fechou em queda de 0,16%.

Apesar da alta no acumulado da semana, Chinchila considerou que a semana foi "um pouco mais travada", com investidores ainda "bem cautelosos com as questões fiscais, troca de presidente do Banco Central e incômodo com alta do dólar que pode pressionar inflação à frente".

Em entrevista a uma rádio na sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o "nervosismo especulativo" em relação ao dólar - que tem subido, entre outras razões, por preocupações fiscais -- não vai afetar a economia brasileira. E voltou a criticar o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

Na próxima semana, uns dos destaques da agenda local será a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) encerrada na última quarta-feira, em que a Selic foi mantida em 10,50% ao ano, em votação unânime do colegiado. Também em foco estarão o IPCA-15 de junho e o Relatório de Inflação do BC.

Dólar - Nem mesmo a queda do dólar na sexta-feira, em meio a ajustes técnicos após os avanços mais recentes, impediu que a divisa norte-americana tivesse a quinta semana consecutiva de elevação ante o real, com as cotações refletindo o desconforto dos investidores com o cenário fiscal e com declarações deo Lula sobre o Banco Central.

O dólar à vista encerrou o dia cotado a R$ 5,4413 na venda, com baixa de 0,38%, após ter atingido na véspera o maior valor de fechamento em quase dois anos. Na semana, a moeda voltou a acumular alta, de 1,12%. Em 2024, o dólar já soma elevação de 12,15%.

Por trás do fortalecimento do dólar está novamente a desconfiança do mercado em relação ao ajuste fiscal e o mal-estar com declarações recentes de Lula dcontra o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

"A questão fiscal ainda não foi resolvida. E o dólar é o grande termômetro do sentimento de aversão a risco. Por isso o dólar se ajusta a conta-gotas", disse Larissa Quaresma, analista da Empiricus Research, ao justificar o fato de a moeda não ter passado por ajustes de baixa mais consistentes após a reunião de quarta-feira do Copom.

"O ajuste maior do dólar pode ocorrer quando houver um encaminhamento maior da questão fiscal, com algum corte de gastos efetivo", acrescentou Larissa Quaresma.

"Se fosse depender apenas dos dados econômicos, com certeza o dólar teria que estar bem abaixo do que está cotado agora. O que está fazendo o real ficar pressionado é o clima político, especificamente as declarações do presidente da República esta semana", avaliou Alexandre Viotto, *head* de *banking* e câmbio da EQI Investimentos.

Para Viotto, as falas de Lula têm gerado insegurança no mercado, que demonstra ansiedade para saber quem será o substituto de Campos Neto no comando do BC em 2025. Um dos receios é de que o nome indicado por Lula tenha um perfil mais tolerante com a inflação. "Isso se reflete no principal termômetro do mercado, que é o dólar", disse Viotto. (**Reuters**)

O Ibovespa fechou o pregão de sexta-feira (21) com uma elevação de 0,74% e movimentação financeira de R$ 30,3 bilhões FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Indicadores Econômicos

Dólar

		21/06/2024	20/06/2024	19/06/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4400	R$ 5,4620	R$ 5,4410
	VENDA	R$ 5,4410	R$ 5,4620	R$ 5,4420
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4410	R$ 5,4248	R$ 5,4641
	VENDA	R$ 5,4416	R$ 5,4254	R$ 5,4647
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,4770	R$ 5,4800	R$ 5,4790
	VENDA	R$ 5,6570	R$ 5,6600	R$ 5,6590

Fonte: BC

Inflação

Índices	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,28%	-0,34%
IPC-Fipe	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	-	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,60%	0,88%
INPC-IBGE	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	-	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	-	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	-	3,14%	5,85%

TR/Poupança

15/05 a 15/06	0,1143	0,6149
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961

Ouro

	21/06/2024	20/06/2024	19/06/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.320,79	US$ 2.359,26	US$ 2.328,31
BM&F-SP (g)	R$ 407,26	R$ 410,34	R$ 409,29

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14
UPC (R$)	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50

Reservas Internacionais

20/06.. US$ 357.962 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7784	0,7932
COLON/COSTA RICA	35	0,358	0,3604
COLON/EL SALVADOR	40	0,01034	0,01048
COROA DINAMARQUESA	55	0,7798	0,78
COROA ISLND/ISLAN	60	0,039	0,03905
COROA NORUEGUESA	65	0,5146	0,5148
COROA SUECA	70	0,5172	0,5174
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4813	1,4816
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6117	3,6132
DOLAR/BAHAMAS	155	5,441	5,4416
DOLAR CANADENSE	165	3,9707	3,9723
DOLAR DA GUIANA	170	0,02585	0,02616
DOLAR CAYMAN	190	6,5162	6,5959
DOLAR CINGAPURA	195	4,0152	4,0171
DOLAR HONG KONG	205	0,6971	0,6972
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7971	0,8049
DOLAR DOS EUA	220	5,441	5,4416
FORINT/HUNGRIA	345	0,01466	0,01467
FRANCO SUICO	425	6,0854	6,0888
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007221	0,0007229
IENE	470	0,03412	0,03413
LIBRA/EGITO	535	0,1139	0,1142
LIBRA ESTERLINA	540	6,8774	6,8804
LIBRA/LIBANO	560	0,0000607	0,0000608
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004184	0,0004186
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1681	0,1683
NOVO SOL/PERU	660	1,43	1,4321
PESO ARGENTINO	665	0,06509	0,06514
PESO CHILE	715	0,005787	0,00579
PESO/COLOMBIA	720	0,001312	0,001313
PESO/CUBA	725	0,2267	0,2267
PESO/REP. DOMINIC	730	0,0916	0,0927
PESO/FILIPINAS	735	0,09241	0,09245
PESO/MEXICO	741	0,2988	0,299
PESO/URUGUAIO	745	0,1377	0,1379
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6994	0,7012
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002583	0,002599
RENMINBI HONG KONG	796	0,7463	0,7464
RIAL/CATAR	800	1,4921	1,4931
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4503	1,4506
RINGGIT/MALASIA	828	1,1537	1,1553
RUBLO/RUSSIA	830	0,06103	0,06104
RUPIA/INDIA	860	0,06513	0,06515
WON COREIA SUL	930	0,003915	0,003917
EURO	978	5,817	5,8198

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024 (Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,001024	0,001903
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.
Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

10/06	0,01364410	3,04537945
11/06	0,01364433	3,04543152
12/06	0,01364472	3,04551909
13/06	0,01364526	3,04563878
14/06	0,01364581	3,04576125
15/06	0,01364607	3,04581987
16/06	0,01364607	3,04581987
17/06	0,01364607	3,04581987
18/06	0,01364633	3,04587803
19/06	0,01364675	3,04597170
20/06	0,01364731	3,04609778
21/06	0,01364789	3,04622524
22/06	0,01364815	3,04628524
23/06	0,01364815	3,04628524
24/06	0,01364815	3,04628524

Fonte: Fenaseg

TBF

26/05 a 26/06	0,7687
27/05 a 27/06	0,8054
28/05 a 28/06	0,8015
29/05 a 29/06	0,7998
30/05 a 30/06	0,7635
31/05 a 01/07	0,7635

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

Dia 23

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet
Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "b"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 25

IOF - Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de junho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.06.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. DARF 1097. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. DARF 0676. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de maio/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838.
Darf Comum (2 vias)

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de maio/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Setor audiovisual ganha linha de crédito de R$ 400 milhões

JULIANA SODRÉ

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) retomou o apoio à indústria audiovisual com o lançamento do Programa BNDES FSA Audiovisual, anunciado essa semana. A nova linha de crédito com orçamento inicial previsto em R$ 400 milhões pretende fomentar a indústria do audiovisual no País.

O crédito, elaborado em conjunto com o Ministério da Cultura e com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), pertence a um programa mais amplo de ações do governo federal para ampliar o desenvolvimento do setor, previstos para R$ 1,6 bilhão este ano, oriundos do Fundo Setorial do Audiovisual. Um valor recorde, segundo o Ministério da Cultura, e 23% superior ao registrado em 2023 (R$ 1,3 bilhão).

"A retomada dos investimentos está reaquecendo o mercado do audiovisual. Temos sido procurados por empresas fora de Minas querendo atuar aqui", informa a analista do Sebrae Minas, Nayara Bernardes, que também é coordenadora de um dos maiores eventos do setor no Estado, o MAX, um salão de negócios destinado ao audiovisual realizado pela instituição. Ela afirma que o mercado já dá sinais de reação e valoriza os investimentos que atende toda a cadeia produtiva do setor.

A linha de crédito atende três linhas: infraestrutura audiovisual, acessibilidade e inovação, e a produção e comercialização, fortalecendo o segmento empresarial de todos os participantes da cadeia produtiva como produtores e distribuidores. "Investir na distribuição é muito valioso pois permite o setor se retroalimentar. Parte do valor arrecadado pelas bilheterias das produções nacionais vai para o Fundo (Setorial do Audiovisual) e retroalimenta o sistema", diz Nayara Bernardes.

Segundo dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine), divulgados pelo Ministério da Cultura, em 2023, das 415 estreias de longas-metragens em cinemas do País, 161 eram produções nacionais (38,7%). Apesar disso, em termos de público, os filmes brasileiros atraíram apenas 3,6 milhões de pessoas, ou 3,2% do total.

Boa repercussão - Para a analista do Sebrae, a desconstrução da ideia de que o cinema brasileiro é ruim, que investir no cinema é "bobagem", é lenta, mas já acontece. Além das políticas públicas que contribuem, a diversidade das produções, o investimento em marketing e distribuição, bem como a melhoria da qualidade das obras cinematográficas mostram, na opinião dela, uma evolução nesse sentido.

"A indústria do audiovisual é uma indústria tão importante quanto qualquer outra. Gera emprego, arrecadação e faturamento. Temos aí o exemplo da Coreia do Sul que nos anos 1990, ao perceber que a indústria do cinema quando a exibição do filme Jurassic Park faturou mais que a indústria automobilística, criou políticas públicas para fomentar o setor até ganhar o Oscar, em 2020, com o filme Parasitas", exemplificou.

Analista do Sebrae Minas na área, Nayara Bernardes comemora Programa BNDES FSA Audiovisual FOTO: DIVULGAÇÃO / AMANDA KETLY

A presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual de Minas Gerais (Sindav), Daniela Fernandes, também vê com bons olhos a visão que o BNDES está dando para o audiovisual. "Nos últimos anos, praticamente, só tivemos incentivo por parte de prefeituras ou projetos de empresas privadas de produção de conteúdo", afirmou.

Segundo ela, no início dos anos 2000, havia uma preocupação com a indústria cultural e audiovisual que nos últimos anos não aconteceu. "Na época, foram lançados vários projetos e programas históricos para a economia criativa e você retomar com esta política do BNDES é fundamental neste momento para a perenidade do desenvolvimento do setor. A política tem que ser de Estado e não de governo", completou.

O produtor e diretor de cinema Helder Quiroga, da Elipse Conteúdos Audiovisuais, também comemora. Na análise dele, as linhas de crédito a juros baixos possibilitam às empresas a programarem investimentos tanto em suas produções como na infraestrutura necessária para o desenvolvimento tecnológico e competitivo no mercado. "Porém, para que estes investimentos possam chegar na ponta, em nosso caso, em Minas Gerais, têm que vir acompanhados de um plano de diretrizes e metas que consiga aliar recursos, estratégias de desenvolvimento, políticas públicas regionais e descentralização de políticas nacionais de fomento para todos os estados do País", defende.

> **"A indústria do audiovisual é uma indústria tão importante quanto qualquer outra. Gera emprego, arrecadação e faturamento"**
> Nayara Bernardes

Quiroga ressalta ainda que a economia do audiovisual é a que mais emprega as novas gerações no mundo. "Ela detém sob sua tutela uma capacidade única de aliar desenvolvimento econômico e tecnológico, à geração de emprego e renda e ao combate às desigualdades sociais. Além de ter um poder enorme para construção da identidade nacional em termos simbólico e comportamentais", diz.

Raio x em MG - Tomando como referência a lista de agentes econômicos cadastrados na Ancine, Minas Gerais pode ser considerado o 3º maior polo audiovisual do Brasil, ficando atrás apenas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Desses agentes, cerca de 50% estão localizados na capital, Belo Horizonte.

O Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC - de Belo Horizonte, aponta, em 2022, a existência de 2.334 empresas atuantes no segmento. Destaca-se que no período de 2002 a 2021 o número de empresas ligadas à produção cinematográfica cresceu 449%, a uma média de 22% ao ano.

Minascentro e Arena Hall são agora BeFly

MICHELLE VALVERDE

A BeFly, empresa mineira que atua no turismo de entretenimento e eventos corporativos, firmou contrato para assumir o *naming rights* do Minascentro e do Arena Hall. Assim, os dois relevantes espaços de eventos de Belo Horizonte passarão a se chamar BeFly Minascentro e BeFly Hall. A expectativa é que a parceria divulgue ainda mais o nome das casas nacionalmente e que ocorra uma maior atração de eventos corporativos, feiras, congressos e shows para as unidades.

Sem revelar valores envolvidos, a *head* de marketing do BeFly Hall e BeFly Minascentro, Ana Cristina Campos, explica que a parceria firmada entre a BeFly e o Grupo Chevals, que administra as unidades, vai fortalecer as marcas e gerar bons resultados. "A BeFly é uma empresa de origem mineira e acredito que essa ação para as duas casas vai promover o fortalecimento da marca. É um novo posicionamento da BeFly frente ao segmento de entretenimento", diz.

A estimativa é que haja uma maior divulgação do BeFly Hall e do BeFly Minascentro, gerando, assim, mais demanda pelos espaços. A maior movimentação também é importante para a economia de Belo Horizonte, já que a realização de mais eventos impactam no comércio e nos hotéis, gerando, então, mais renda e empregos.

Conforme o CEO da BeFly, Marcelo Cohen, as expectativas são positivas. "Belo Horizonte é um mercado extremamente estratégico. Então, queremos aproveitar essa parceria para trazer mais entretenimento, ações culturais e esportivas e as principais feiras e congressos para os mineiros. Já atuamos em grandes festivais e eventos, como The Town e Fórmula 1, e escolhemos o Arena Hall e o Minascentro porque queremos trazer o melhor da nossa experiência em turismo e eventos para BH", disse.

Os complexos - Localizado na região Centro-Sul de Belo Horizonte, o BeFly Hall é um complexo de eventos e shows com capacidade para até 5 mil pessoas. O BeFly Minascentro, por sua vez, é um emblemático cartão postal e um dos centros de eventos mais importantes do País. Nele, são realizados desde eventos de entretenimento até agendas corporativas e feiras. convenções e eventos corporativos.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

Pampulha Patrimônio Mundial

Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco, o Conjunto Moderno da Pampulha chegou ao marco de 80 anos. As celebrações têm sido em grande estilo, com uma série de atividades que começaram no ano passado e continuam em 2024. As atividades incluem atrações artísticas, exposições, encontros educativos, mostras e lançamentos de livros, entre outras. No domingo, dia 23 de junho, o "Fecomércio Pampulha Celebra" e a PBH comemoram este símbolo arquitetônico, cultural e turístico de Belo Horizonte. A programação acontece a partir das 14h, na Praça da Pampulha, com apresentações musicais e cênicas de importantes artistas da cena mineira e nacional. A edição especial do evento conta com show da cantora Fernanda Abreu (RJ) convidando Augusta Barna; baile sonoro e oficina do Forró Sound System; Festival "EmBrasa", do Bloco Magnólia, com convidados internacionais; e espetáculo teatral "As Cores da América Latina", do grupo Panorando Cia e Produtora, de Manaus (AM), atração em parceria com o Festival Internacional de Teatro - FIT BH . A entrada é gratuita, sem retirada de ingressos.

Invest Sete Lagoas

Está cada vez mais próxima de se tornar realidade a Invest Sete Lagoas, agência dedicada a atração de investimentos. Mais um importante passo no trabalho foi dado, na última segunda-feira (17), com um café na sede da Associação Comercial e Industrial (ACI) para os envolvidos na jornada. ACI, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), membros da TSX Invest e empresas parceiras alinharam mais alguns detalhes para a formatação de um documento que vai formalizar a parceria e nortear a atuação. Desde dezembro de 2023, a ação se desenvolve na cidade com ACI, CDL e a TSX Invest, unidade de negócio do TSX Group, que é voltada para desenvolvimento de regiões através da atração de investimentos e diversificação econômica. Várias reuniões aconteceram para apresentação do cronograma e metodologia de trabalho a empresas interessadas no desenvolvimento regional. Pela TSX, Marcos Mandacaru e Virgílio Álvares da Silva estão à frente do projeto na cidade e trataram o encontro desta segunda como o "pontapé inicial".

Centro Cultural TRT-MG

Em agosto de 2023, Belo Horizonte ganhou um novo espaço dedicado à cultura e às artes. O Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG), na rua Bahia, nº 112, em frente à Praça Rui Barbosa, foi inaugurado no edifício que abrigava a antiga associação de ex-alunos da Faculdade de Engenharia da UFMG. O imóvel é protegido pelo Patrimônio Histórico de Minas Gerais e, na próxima terça-feira (25) e quarta-feira (26), serão realizados os primeiros concertos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais no novo complexo cultural, sob regência da maestra Ligia Amadio, titular e diretora musical da OSMG. A entrada é gratuita e os concertos são às 19h.